

# RELATÓRIO ANUAL





# RELATÓRIO ANUAL



Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todavia, a reprodução não autorizada para fins comerciais desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais, conforme Lei nº 9.610/1998.

Copyright 2013. Confederação Nacional de Municípios – CNM.

Impresso no Brasil.

**Editoria Técnica:**

Gustavo de Lima Cezário

**Diretoria-Executiva:**

Elena Pacita Lois Garrido  
Gustavo de Lima Cezário

**Textos:**

Carlos Eduardo Higa Matsumoto  
Gustavo de Lima Cezário  
Marsden Alves de Amorim Paz  
Tatiane Vieira de Jesus

**Colaboração:**

Assessoria de Comunicação  
Assessoria Internacional  
Assessoria Parlamentar  
Coordenação do projeto Sebrae  
Departamento Financeiro  
Departamento Jurídico  
Departamento de Gestão Estratégica  
Departamento de Relações Institucionais  
Departamento Técnico

**Revisão de textos:**

Keila Mariana de A. O. Pacheco

**Design gráfico:**

Themaz Comunicação Ltda

Ficha catalográfica:

Confederação Nacional de Municípios – CNM  
Relatório Anual 3. – Brasília: CNM, 2013.  
  
104 páginas.  
ISBN  
  
1. Município. 2. Gestão Pública Municipal. 3. Orientações técnicas. 4. Pareceres jurídicos.



SCRS 505, Bloco C, Lote 1 – 3º andar – Asa Sul – Brasília/DF – CEP 70350-530  
Tel.: (61) 2101-6000 – Fax: (61) 2101-6008  
E-mail: atendimento@cnm.org.br – Website: www.cnm.org.br

# CARTA DO PRESIDENTE

Município forte. Brasil forte.

O ano de 2012 trouxe mudanças importantes para os Municípios brasileiros. A longa batalha no Congresso foi vencida e traz uma partilha mais justa dos *royalties* do petróleo. No início de 2013, o Poder Legislativo consolidou essa decisão com a derrubada do veto da Presidente Dilma Rousseff, e a luta continua agora no Supremo Tribunal Federal (STF).

O municipalismo também foi pautado pelas medidas de compensação pela crise financeira dos Municípios, os pisos salariais, o encontro de contas do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a possibilidade de as associações de representação dos Municípios impetrarem Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI se a situação dos Municípios com o alastramento do *crack* pelo país.

As conquistas recompensaram os esforços da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Junto ao Executivo, viabilizamos o pagamento do Fundo de Exportações no valor de R\$ 1,9 bilhão, pressionamos para a edição da Medida Provisória que permite os Municípios parcelar suas dívidas com a previdência, garantimos os repasses do auxílio estiagem e conseguimos a liberação de R\$ 1,4 bilhão dos Restos a Pagar. No Congresso, conseguimos postergar a aprovação das leis que estipulam os pisos salariais na área de saúde e que não mencionam suas respectivas fontes de recurso. Por outro lado, aprovamos a lei que autoriza as instalações de *free-shops* em cidades-gêmeas da fronteira.

As conquistas não se limitam ao âmbito político federal. Promovemos, em 2012, capacitações que fortaleceram a gestão pública municipal, buscando melhorar a qualidade do serviço prestado pelas administrações locais. São exemplos disso os Seminários Novos Gestores e as Oficinas de Finança. Ademais, buscamos compreender melhor a realidade local por meio dos eventos Diálogos Municipalistas e Experiências Municipais. Além de eventos em Brasília e em todo o Brasil, a CNM editou dezenas de publicações, entre livros, cartilhas, boletins, revistas, resenhas e notas técnicas. Conseguimos com isso levar, de forma rápida, dinâmica e, principalmente, embasada tecnicamente, informações acerca de áreas, como saúde, educação, cultura, finanças, entre outros.

No âmbito interno, a CNM também inovou os processos da organização a fim de ampliar os resultados obtidos pelo movimento municipalista. A melhoria contínua da comunicação é uma agenda prioritária dentro da entidade. Entre uma série de novas ações pelas redes sociais e mídias tradicionais, insere-se essa forma de apresentar os resultados e atividades da CNM de modo a refletir o plano estratégico da entidade. Ainda mais visual, o presente *Relatório de Resultados* busca aumentar a transparência de nossas atividades para os Municípios e a sociedade.

Paulo Ziulkoski

Presidente da Confederação Nacional de Municípios



# SUMÁRIO

O que é a CNM .....	9
A CNM e os Municípios .....	11
A Rede Municipalista .....	12
Conquistas 2012 .....	14
Estrutura da CNM – Conselhos e Diretorias.....	15
CNM – Gestão 2012-2015 .....	16
Articulação Política.....	18
XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.....	19
Mobilizações.....	23
Congresso Nacional – Proposições Legislativas .....	31
Executivo Federal.....	38
Atuação Internacional.....	42
Desenvolvimento da Gestão Municipal .....	46
Capacitações e Seminários .....	47
Apoio Técnico e Atendimento ao Município .....	52
Pesquisas e Estudos Técnicos.....	68
Publicações .....	69
Comunicação.....	75
Notícias, Rádio e TV CNM .....	76
Boletim .....	77
Comunicação direta com os Municípios.....	78
Redes Sociais.....	79
Aplicativo CNM.....	81

Gestão Estratégica .....	82
Governança Eletrônica .....	83
Projetos e Parcerias.....	87
Gestão Interna.....	92
Transparência.....	94
Nova Sede .....	96
Relatório Financeiro .....	97

# O QUE É A CNM

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é uma organização privada, independente, apartidária e sem fins lucrativos, com sede em Brasília e escritório regional em Porto Alegre.

Criada em 1980, a CNM transformou-se, ao longo dos anos, no agente mais visível e representativo do novo municipalismo brasileiro. O objetivo da CNM é fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar a entidade em referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

A CNM constitui uma voz importante em defesa do municipalismo em foros políticos nacionais e internacionais. A entidade acompanha sistematicamente a pauta de votações do Congresso Nacional, intervindo a favor dos Municípios. Promove anualmente a Marcha a Brasília, que já se consolidou no maior evento sobre o municipalismo na política nacional, além uma série de mobilizações de impacto no Congresso. Atua em Conselhos e Comitês do Governo Federal e junto a redes, associações e organizações internacionais.

As conquistas sucessivas promovidas pela entidade oferecem recursos aos Municípios e mais autonomia local, construindo uma Federação mais equitativa. As que se converteram em recursos financeiros para os Municípios acumularam, até 2012, o valor de mais de 229 bilhões de reais.

Outro eixo central de atuação da CNM é o fortalecimento da gestão municipal por meio da qualificação de gestores, da orientação técnica e jurídica, da produção de estudos e publicações. Ademais o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas visa impulsionar a modernização da gestão e a inclusão digital dos Municípios.



## Missão

Promover a autonomia financeira, política e administrativa municipal, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

## Visão

Ser referência na representação política nacional e internacional dos Municípios brasileiros, por meio do conhecimento municipal e do desenvolvimento de políticas públicas e de melhoria de gestão.

## Valores

- Comprometimento com o Município e a causa municipalista.
- Observância aos princípios da Administração Pública.
- Independência política e institucional.
- Valorização do capital humano e do trabalho em equipe.
- Valorização das parcerias e das ações consorciadas.
- Busca permanente da excelência.

# A CNM E OS MUNICÍPIOS

A CNM é uma organização criada por Municípios e para os Municípios. Em 2012, 4.235 Municípios contribuíram voluntariamente para a entidade dentre os 5.568 filiados. Esses números confirmam a credibilidade e o voto de confiança depositado pelos Municípios na entidade.

## 4.235 Municípios Parceiros

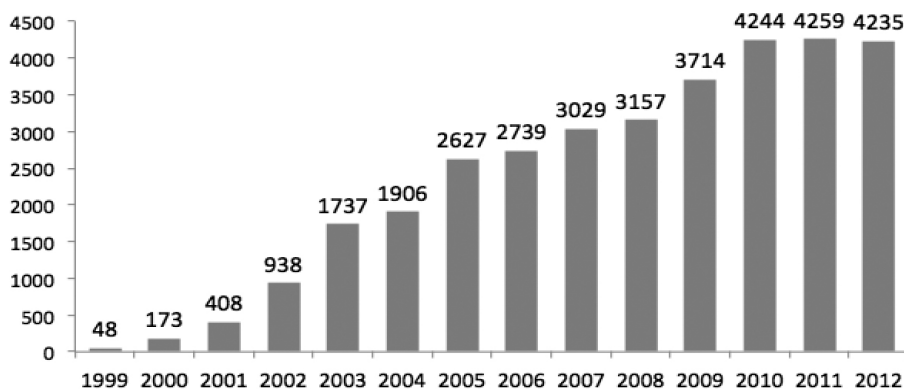
	Município contribuinte
	Município não contribuinte



Essa representatividade implica o consenso dos interesses das municipalistas. O contexto da pauta política, no entanto reflete casos em que não é possível convergir interesses díspares do movimento. Este é o caso dos *royalties* que, em 2012, ganhou destaque na pauta prioritária da CNM.

Apesar dessas diferenças, a CNM tem conseguido elevar o número de Municípios contribuintes ao longo dos anos, como se percebe no gráfico abaixo. Com a mudança dos gestores em mais de 70% dos Municípios brasileiros, um trabalho importante a ser realizado em 2013 é a sensibilização para novas adesões, demonstrando a relevância de um associativismo em que todos contribuem e usufruem dos ganhos do movimento.

**Evolução da quantidade de Municípios contribuintes à CNM**



# A REDE MUNICIPALISTA

O movimento municipalista no Brasil nasce nos 5.568 Municípios e vai se construindo e solidificando em diversos níveis, por meio de 193 entidades microrregionais, 27 entidades estaduais. A Confederação Nacional dos Municípios congrega esses anseios locais e os defende nacionalmente e internacionalmente.

Os Municípios brasileiros formam a Assembleia-Geral da CNM e são responsáveis por eleger a diretoria da entidade. As federações estaduais de Municípios congregam o Conselho Político da CNM, sendo responsáveis por discutir as diretrizes nacionais e buscar comportamentos semelhantes dos governos estaduais. O Conselho Político ampliado traz, ainda, a voz das associações microrregionais de Municípios.

A CNM tem em seu mandato a articulação dessa rede que a legitima como autêntica entidade representativa dos Municípios em nível nacional. Essa rede oferece, em diferentes âmbitos, apoio institucional, modelos de políticas públicas, soluções tecnológicas, representatividade e orientação técnica a todos os 5.568 Municípios brasileiros.

No plano internacional, a CNM representa os Municípios brasileiros na Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios, Associações de Governos Locais (Flacma) e na Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Essa atuação fortalece a inserção de pautas brasileiras na agenda internacional, bem como a imagem dos Municípios brasileiros no exterior.

É com o respaldo dessa representatividade que a CNM mantém sua luta contínua a favor da descentralização política e do princípio da subsidiariedade. Os resultados desses esforços têm se concretizado na imagem da CNM como representante legítima dos interesses municipais, fonte confiável e importante de informações e promotora de eficiência administrativa.



# CONQUISTAS 2012

Conquistas municipalistas	Total	Em 2012
Alteração da Aliquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2012)	36 321 079 063	326 308 072
Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2012)	10 441 561 174	19 718 331
PAES (crédito FPM dezembro 2005)	689 474 357	52 788 175
Iluminação Pública (2003 - 2011)	27 553 197 207	321 594 804
Repasse do Salário Educação (2004 - 2012)	29 695 205 376	208 175 179
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2010)	5 819 238 201	60 964 000
ISS (2004 - 2011)	72 427 578 834	1 504 715 407
Transporte Escolar (2004 - 2012)	2 362 967 807	40 122 108
Merenda Escolar (2006 - 2011)	12 460 819 507	111 337 740
ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2012)	631 726 405	65 459 214
1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2012)	14 405 565 295	229 957 064
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009)	2 932 679 519	195 981 382
FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2012)	5 587 207 462	117 565 277
Repasses Extras do FPM - (2009 - 2012)	7 972 630 079	3 254 686 753
<b>Conquistas total</b>	<b>229 300 930 286</b>	<b>6 509 373 506</b>

\*Os valores estão corrigidos pelo IPCA para 2012.

# ESTRUTURA DA CNM – CONSELHOS E DIRETORIAS

Município forte. Brasil forte.

Na última década, a CNM passou por uma série de mudanças na estrutura de governança. A mais emblemática delas relaciona-se com a democratização das decisões da entidade por meio da ampliação dos membros da Assembleia-Geral dos Municípios. Conheça as diretorias e os conselhos da CNM a seguir:

**ASSEMBLEIA-GERAL:** órgão deliberativo e soberano em suas decisões, é constituída pelos Municípios brasileiros contribuintes, por meio de seus representantes legais, e pelos integrantes dos Conselhos Diretor, Político, Fiscal e de Representantes Regionais.

**CONSELHO DIRETOR:** tem como finalidade gerenciar assuntos ligados às atividades administrativas, financeiras e jurídicas relacionadas à Entidade e, principalmente, atuar politicamente na defesa dos interesses dos Municípios. O órgão é constituído por um presidente; primeiro, segundo, terceiro e quarto vice-presidentes; primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros, eleitos pela Assembleia-Geral.

**CONSELHO POLÍTICO:** tem como finalidade auxiliar o Conselho Diretor em suas funções. O órgão é constituído pelas entidades estaduais de representação dos Municípios e pelos representantes regionais, eleitos, reunidos, de forma ordinária, durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e, extraordinariamente, sempre que convocado.

**CONSELHO DE EMPREGADOS:** tem como finalidade zelar pelo patrimônio da CNM, assegurando sua saúde administrativa e financeira e, ainda, assegurando que a entidade mantenha sua atuação norteada por finalidades e princípios. O órgão é constituído por colaboradores da CNM, com mais de três anos, ininterruptos, de tempo de serviço, detentores de contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e representado por uma comissão de representação, administrada por regimento próprio aprovado pelo Conselho Diretor.

**CONSELHO FISCAL:** tem como finalidade o controle da contabilidade e a fiscalização do patrimônio da CNM. O órgão é constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes.

**CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS:** o Conselho de Representantes Regionais tem como finalidade coordenar as ações político-administrativas, por meio dos respectivos representantes, além de ser o responsável pelas mobilizações e pelos eventos no âmbito de cada região do País. O órgão é constituído pelos membros titulares e suplentes para as regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

Em março de 2012, foram realizadas as eleições para a escolha da 15ª Diretoria da CNM, que tomou posse em maio do mesmo ano. Para o triênio de 2012 a 2015, esta é presidida por Paulo Roberto Ziulkoski, ex-prefeito de Mariana Pimentel (RS). Mais informações sobre a composição da diretoria e do conselho encontram-se abaixo e no *site* da entidade: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br).

# CNM – Gestão 2012-2015

## NOMINATA

### CONSELHO DIRETOR

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski	Mariana Pimentel/RS – FAMURS
1º Vice-Presidente	Humberto Rezende Pereira	Terenos/MS – ASSOMASUL
2º Vice-Presidente	Douglas Gleen Warmling	Siderópolis/SC – FECAM
3º Vice-Presidente	Laerte Gomes	Alvorada d'Oeste/RO – AROM
4º Vice-Presidente	Ângelo José Roncalli de Freitas	São Gonçalo do Pará/MG – AMM
1º Secretário	Jair Aguiar Souto	Manaquiri/AM – AAM
2º Secretário	Rubens Germano Costa	Picuí/PB – FAMUP
1º Tesoureiro	Joarez Lima Henrichs	Barracão/PR – AMP
2º Tesoureiro	Glademir Aroldi	Saldanha Marinho/RS – FAMURS

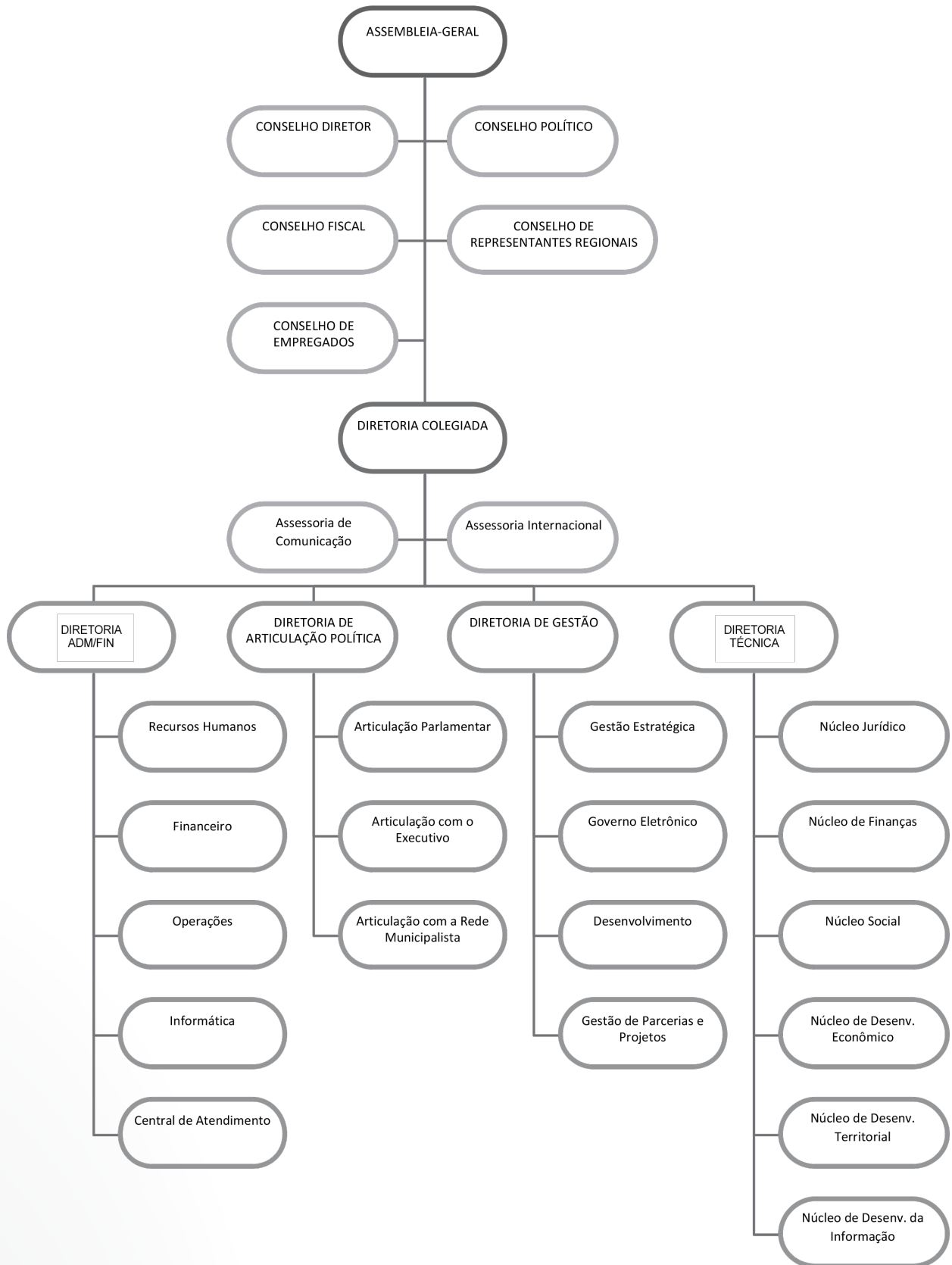
### CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular	Renilde Bulhões Barros	Santana do Ipanema/AL – AMA
Titular	Francisco de Macedo Neto	Bocaina/PI – APPM
Titular	Antonio da Cruz Fiulgueira Júnior	Itapecuru Mirim/MA – FAMEM
1º Suplente	Jocelito Krug	Chapadão do Sul/MS – ASSOMASUL
2º Suplente	Vago	
3º Suplente	Jadiel Cordeiro Braga	São Caetano/PE – AMUPE

### CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular Região Norte	Helder Zahluth Barbalho	Ananindeua/PA – FAMEP
Suplente Região Norte	Manoel Silvino Gomes Neto	Tocantinia/TO – ATM
Titular Região Sul	Adair José Trott	Cerro Largo/RS – FAMURS
Suplente Região Sul	Daíçon Maciel da Silva	Santo Antônio da Patrulha/RS – FAMURS
Titular Região Sudeste	Élbio Trevisan	Cesário Lange/SP – APM
Suplente Região Sudeste	Gilson Antonio de Sales Amaro	Santa Teresa/ES – AMUNES
Titular Região Nordeste	Eliene Leite Araújo Brasileiro	General Sampaio/CE – APRECE
Suplente Região Nordeste	Ivanildo Araujo de Albuquerque Filho	Timbaúba dos Batistas/RN – FEMURN
Titular Região Centro Oeste	Meraldo Figueiredo Sá	Acorizal/MT – AMM-MT
Suplente Região Centro Oeste	Gilmar Alves da Silva	Quirinópolis/GO – FGM

A organização administrativa da entidade é dividida em quatro diretorias e duas assessorias. No ano de 2012, reestruturações internas alteraram o organograma da entidade, de forma a fortalecer os avanços dos pleitos municipalistas.



# ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Um dos principais mandatos da CNM é a representação política dos Municípios diante de outras esferas de governo, principalmente da União. Mais que a descentralização de recursos financeiros, a CNM luta para que o pacto federativo seja respeitado.

É lamentável que leis ainda sejam criadas neste país de cima para baixo, sem discutir com os Municípios a origem dos recursos capazes de fazer frente ao aumento de gastos por elas geradas. O agravante é que a decisão unilateral de desoneração de Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) e da Cide/Combustíveis não é acompanhada da reposição de recursos dos governos locais. As perdas com esses dois impostos, só em 2012, ultrapassaram os R\$ 2 bilhões.

Obras e aquisições de equipamentos empenhadas pelo governo federal não chegam ao seu destino final, os Municípios, ocasionando, quando já iniciadas, restos a pagar de responsabilidade do gestor local. A prometida complementação da União ao Fundeb também é aguardada por professores e alunos da rede pública. Na previdência, a falta de organização generalizada causa débitos indevidos aos Municípios.

Temas como esses receberam a devida atenção nos eventos políticos realizados pela CNM em 2012. A XV *Marcha* consolidou anos de luta federativa e de conquistas importantes que possibilitaram aos Municípios brasileiros sobreviverem até o momento. As mobilizações foram marcadas pelo contexto de crise financeiro e das restrições em relação ao último ano de mandato. No Congresso, vimos parlamentares abraçando a causa municipalista a partir de estudos levantados pela CNM.

A campanha por uma distribuição mais equitativa dos *royalties*, prioridade em 2012, mostrou que ainda é possível mudar a história deste País. As populações não assistidas por esse bem, que é de todos brasileiros, se reuniram nos diferentes Municípios para solicitar justiça às instâncias federais. Foi na incompreensão da presidenta da República em relação ao “Sanciona Dilma”, liderado pela CNM, que se ganhou força um processo deliberado de análise e derrubada dos 3 mil vetos presidenciais. A partir de 2013, os três Poderes deverão respeitar mais as decisões democráticas originárias da voz do povo.

O ano de 2012 marca, assim, a construção de uma nova realidade em que não basta discutir a descentralização vertical de recursos entre os Entes federativos. A descentralização horizontal entre os Municípios também deve ser observada para se alcançar uma Federação mais justa em nosso País.

A articulação política do movimento municipalista brasileiro foi fortalecida, no âmbito interno da CNM, pela aquisição de um sistema de acompanhamento parlamentar. No plano global, destacam-se as parcerias com organizações internacionais e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

# XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* é uma mobilização democrática, realizada anualmente desde 1998, e tornou-se o maior evento político do Brasil. Ao todo, são mais de 5 mil participantes, entre prefeitos, secretários municipais, vereadores, senadores, governadores, parlamentares estaduais e federais, ministros e presidentes da República.

Durante o evento, são discutidas questões que influenciam o dia a dia dos Municípios e são apresentadas as reivindicações do Movimento Municipalista. A maioria das nossas conquistas deve-se ao grande poder de mobilização e articulação dos gestores públicos municipais durante a *Marcha*.

Guiada pelo tema “O Poder Local na construção de uma nova realidade”, a *XV Marcha a Brasília* aconteceu de 15 a 17 de maio de 2012. Entre suas prioridades, estavam: o novo critério de distribuição dos *royalties*, o encontro de contas entre os regimes de Previdência Social, os Restos a Pagar devidos pelo governo aos Municípios, a modificação no fator de ponderação que define o custo/aluno do ensino fundamental e a criação indiscriminada de pisos salariais.

A *XV Marcha* proporcionou o encontro entre os gestores municipais e os parlamentares durante a Comissão-Geral no Congresso Nacional. Na sessão, foram abordados os principais temas da pauta municipalista, supramencionados. Na cerimônia de abertura do evento, estavam presentes a presidenta da República, Dilma Rousseff, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), 16 ministros de Estado, deputados e senadores, além dos representantes regionais do movimento municipalista.

Durante o evento, a CNM organizou espaços informativos e de discussão, como o Seminário Nacional *Os Municípios como Protagonistas no Enfrentamento ao Crack* e o *Seminário de Boas Práticas para o Desenvolvimento Local* (em parceria com o Sebrae). Outros eventos paralelos também foram realizados, como: o *VII Fórum Permanente de Vereadores*, o *III Fórum Permanente de Contadores*; o *Fórum de Procuradores Municipais* e o *Fórum Rio+20*.

Por meio da Carta da Marcha, a CNM ressaltou ao governo federal e ao Congresso Nacional sua preocupação com a reforma tributária, a criação da carreira de procuradores municipais e o desenvolvimento sustentável. A Carta dos Municípios brasileiros para a Rio+20 apresentava, ainda, as reivindicações do movimento municipalista para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.



Municipalista,

A realização da *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* representa um marco definitivo para o empoderamento do Município diante da Federação Brasileira.

É a oportunidade de reafirmar a existência de um Poder Local atuante, atento, responsável e capaz de construir uma nova realidade para a Nação, fazendo-a mais justa, empreendedora e voltada para a superação das dificuldades que se apresentam.

Por esses motivos, a CNM convida para a *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2012, no Royal Tulip Brasília Alvorada Hotel (STHN - Trecho 1, Conjunto 1B, Bloco C), em Brasília/DF.

Acesse: [www.marcha.cnm.org.br](http://www.marcha.cnm.org.br) e inscreva-se.

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

Realização:



Patrocínio:





## Carta da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Os Municipalistas do Brasil, reunidos na *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada entre os dias 15 e 17 de maio de 2012, em Brasília/DF e organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentaram ao governo federal e ao Congresso Nacional sua preocupação com os seguintes pontos:

1) Restos a pagar: os restos a pagar constituem, pela dimensão que atingiram hoje, um orçamento paralelo da União que não é executado. Os Municípios enfrentam problemas porque os recursos seguem um cronograma de execução político. Dos R\$ 24,7 bilhões inscritos em restos a pagar, apenas R\$ 2,9 bilhões foram pagos. Dos restos a pagar não processados, R\$ 17 bilhões correm o risco de não serem pagos, apesar de incluírem obras já contratadas e, boa parte delas, executadas total ou parcialmente. Assim, os Municípios solicitam a revisão, a análise e a liberação dos recursos que estão se acumulando no orçamento federal e a readequação que possibilite a execução das atividades previstas nos convênios.

2) Pisos profissionais: o artigo 30 da Constituição Federal estabelece como competência dos Municípios a organização e a prestação dos serviços públicos e, com isso, os quadros de pessoal e os respectivos vencimentos, que terão de ser definidos por lei municipal. O estabelecimento de pisos salariais por meio de lei federal como vem sendo proposto pelo Congresso Nacional fere a competência municipal e viola o pacto federativo, além de desorganizar o planejamento municipal, impondo aos Municípios e Estados o descumprimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fazendo que os prefeitos incorram em condutas tipificadas na legislação penal e em improbidade administrativa. Os Municípios reivindicam que o Congresso respeite a autonomia dos entes locais e que o governo federal vete projetos dessa natureza, salvaguardando a Federação brasileira.

3) *Royalties*: os Municípios consideram absolutamente legítima a luta por uma distribuição mais equitativa dos *royalties* do petróleo e vêem, na proposta aprovada pelo Senado Federal, uma construção equilibrada de critérios para repartição dos recursos. Os Municípios querem o cumprimento do acordo que foi celebrado pelos líderes do Congresso Nacional com o governo federal em novembro de 2011, que resultou na retirada de pauta do veto presidencial e na construção do projeto de consenso que foi aprovado no Senado Federal e que ainda não foi votado na Câmara.

4) Reforma tributária: os Municípios apoiam a iniciativa do governo no sentido de promover uma reforma tributária que promova o fim da guerra fiscal e a mudança do regime de repartição do ICMS da origem para o destino, em relação aos Municípios e não apenas para os Estados como vem sendo proposta. Em razão disso, os Municípios requerem a retomada da proposta de desconstitucionalização do critério de partilha da receita de ICMS entre os Municípios baseada no valor adicionado.

5) Endividamento previdenciário: a capacidade fiscal dos Municípios é pressionada em função da dívida com o Regime Geral de Previdência Social. Grande parte desses débitos deveriam ter sido compensados mediante encontro de contas, cumprindo o estabelecido na Súmula Vinculante nº 8, atendendo as regras da compensação, dos créditos oriundos de ações judiciais e da consolidação dos parcelamentos da Lei 11.960/2009, o que deixou de ocorrer em razão do Veto nº 23, que os Municípios estão lutando para que seja derrubado. Além disso, os Municípios contam com a articulação do governo para aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 1.894/2011, que recria a possibilidade do encontro de contas.

6) Procuradores: a Marcha deliberou, por unanimidade, que a CNM promova as medidas judiciais e articulações políticas necessárias para evitar a aprovação da PEC nº 17/2012, que propõe a criação da carreira dos procuradores municipais.

7) Rio+20: os Municípios, reunidos no Fórum Rio+20, elaboraram a Carta dos Municípios Brasileiros para a Rio+20, com nove reivindicações que serão apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no dia 22 de junho de 2012. Concluiu-se nas discussões que os Municípios brasileiros são parceiros para implementação de uma política global, com reflexos locais de desenvolvimento sustentado, socialmente responsável e economicamente viável, acompanhado de autonomia dos gestores locais, descentralização político-administrativa, apoio técnico-científico e recursos financeiros para ações de curto, médio e longo prazo.

Os Municípios registram que, durante a XV Marcha, a Presidenta da República anunciou a destinação de R\$ 2,9 bilhões para renovação do parque de máquinas das prefeituras e de R\$ 5,2 bilhões para obras de saneamento básico nos Municípios.

Por fim, em encontro com as bancadas no Congresso Nacional, os Municípios exigiram o comprometimento dos parlamentares com a pauta municipalista, de forma a promover a reconstrução do Pacto Federativo.

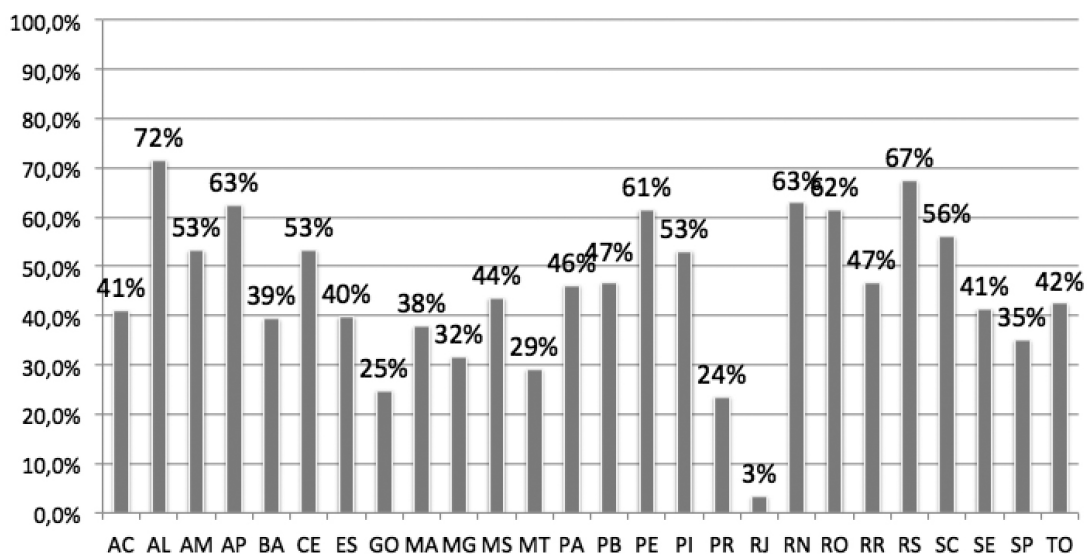
Brasília, 17 de maio de 2012.

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

# Mobilizações

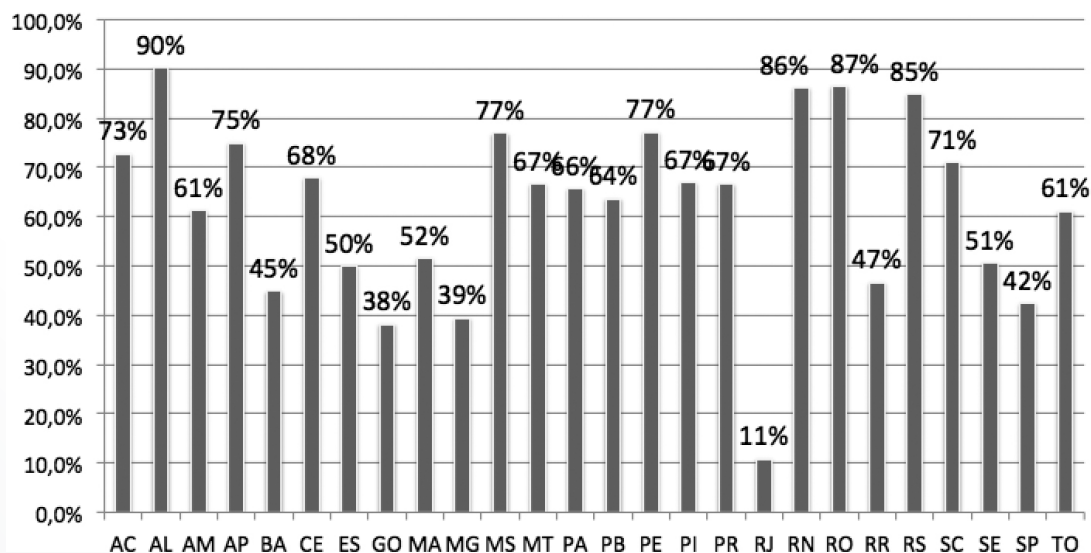
Além da *Marcha*, a CNM realizou outras mobilizações com o intuito de reforçar seu posicionamento nas ações prioritárias, principalmente quanto à crise financeira que os Municípios enfrentaram em 2012. Como demonstram os gráficos abaixo, a CNM conseguiu engajar um número representativo de prefeitos. Os dados revelam uma participação ainda mais significativa de Municípios quando incluímos outros representantes do governo municipal nos eventos da CNM em 2012.

### PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PREFEITOS



**2.362 Prefeitos**

### PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS MUNICÍPIOS



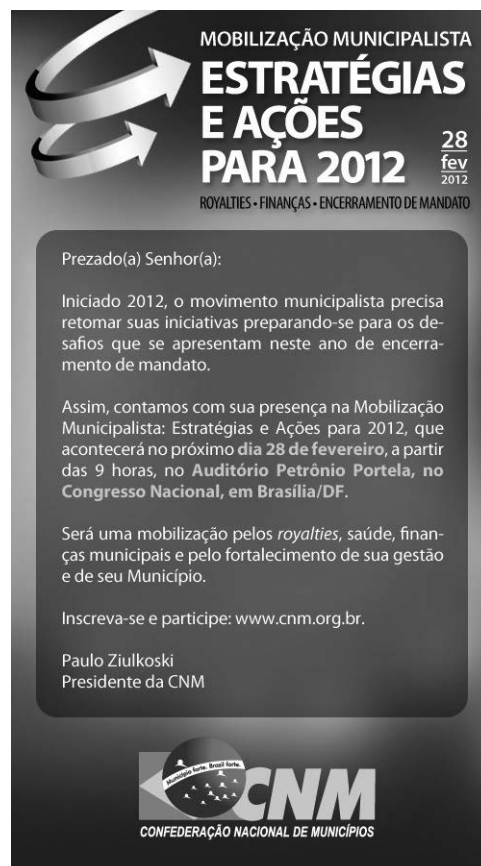
**3.231 Municípios**

## Estratégias e ações para 2012 (28/2/2012)

A CNM mobilizou os prefeitos no começo de 2012 em torno de uma série de ações estratégicas. O auditório do Senado Federal ficou lotado por prefeitos insatisfeitos com a Emenda 29 da Saúde, os *royalties*, as finanças municipais.

Atenção especial foi dada à divulgação pelo governo federal do novo piso do magistério. O impacto desse reajuste de 22% do piso dos professores significariam R\$ 7 bilhões no orçamento municipal em 2012, sem indicação de onde sairiam esses recursos. Prefeitos de várias partes do país confirmaram que não tinham condições de pagar os novos valores aos professores, além de um terço de aula fora das escolas e equiparação dos aposentados sem o apoio do governo federal. Mais do que incapacidade financeira, o que se comprova com este fato é a tomada de decisão de cima para baixo na Federação brasileira, sem levar em conta a autonomia do Ente municipal.

Nesse sentido, a participação dos gestores foi importante na mobilização para tratar de ações e estratégias traçadas para o ano de 2012. As discussões, também marcadas pelo tema do último ano de mandato, ajudaram a construir uma pauta de reivindicações única e mais participativa. A partir dos resultados dessa mobilização, com as demandas dos Municípios, a CNM planejou as ações políticas do ano e criou uma pauta que seria cumprida nos meses seguintes.



MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA  
**ESTRATÉGIAS  
E AÇÕES  
PARA 2012** 28  
fev  
2012  
ROYALTIES • FINANÇAS • ENCERRAMENTO DE MANDATO

Prezado(a) Senhor(a):


Iniciado 2012, o movimento municipalista precisa retomar suas iniciativas preparando-se para os desafios que se apresentam neste ano de encerramento de mandato.

Assim, contamos com sua presença na Mobilização Municipalista: Estratégias e Ações para 2012, que acontecerá no próximo dia 28 de fevereiro, a partir das 9 horas, no Auditório Petrônio Portela, no Congresso Nacional, em Brasília/DF.

Será uma mobilização pelos *royalties*, saúde, finanças municipais e pelo fortalecimento de sua gestão e de seu Município.

Inscriva-se e participe: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br).

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM



**CNM**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS



MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA  
**ESTRATÉGIAS  
E AÇÕES PARA 2012** 28  
fev  
2012  
BRASÍLIA/DF  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

CARTA DO PRESIDENTE | PROGRAMAÇÃO | INSCRIÇÕES | DOWNLOADS | CONTATO

Municipalista,  
mais uma vez  
convocamos a  
sua presença para  
fortalecer nosso  
movimento e fazer  
desta uma  
Federação mais  
justa.



SCRS 505, Bloco C Lote 01 - 3º andar - Brasília/DF CEP 70.350-530 Telefone: (61)2101-6000 - Fax: (61)2101-6008

## Mobilização Permanente: a Crise Financeira dos Municípios (10/10/2012)

No dia 10 de outubro de 2012, a CNM organizou uma Mobilização Permanente para discutir a crise financeira dos Municípios. Liderados pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, aproximadamente 1,5 mil gestores municipais estavam presentes no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

A articulação dos prefeitos com seus parlamentares é fundamental para que as demandas municipalistas tenham maior voz dentro do Congresso. Mais do que consensuar os pleitos entre iguais, as mobilizações buscam evitar que a desarticulação do movimento municipalista prejudique a governança em nosso país.

Segundo estudos da CNM, o rombo nos cofres municipais é de R\$ 25,4 bilhões em razão das alterações nos repasses aos Municípios ou do aumento das despesas. Durante a mobilização, os gestores municipais presentes aprovaram um documento com oito pontos prioritários de reivindicação do municipalismo ao governo federal com vistas ao seu apoio ao enfrentamento da crise.

Esses pontos incluíram tópicos, como: a reposição dos recursos desonerados do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI), a garantia de complementação da União ao Fundeb, os *royalties* e a reposição do aumento real do salário-mínimo.

O presidente Paulo Ziulkoski foi recebido pela ministra de Relações Institucionais Ideli Salvatti e acompanhado pelos dirigentes das entidades estaduais, entregou a ela o documento aprovado pelos gestores presentes na mobilização. Durante o encontro, a ministra lembrou a importância de os parlamentares apoiarem os Municípios. Os parlamentares, por sua vez, destacaram suas preocupações sobre a gravidade da crise financeira. Entre outros assuntos, foi ressaltada a importância da rediscussão do pacto federativo. Durante a mobilização, prefeitos, vereadores e secretários presentes reforçaram a situação de crise nos Municípios.

“Nós devemos adotar um procedimento de amplitude que possibilite uma reforma que atenda não apenas a aspiração do poder público de arrecadar corretamente, mas que atenda, sobretudo, os princípios da isonomia na distribuição desses recursos” (Senador Álvaro Dias).

“A questão estrutural está ligada às constantes quedas do FPM, salários que são decididos no Congresso e impactam no pequeno Município e as questões conjunturais se estabelecem porque o dinheiro não vai para onde a vida das pessoas acontece” (Deputado Bruno Araújo).

“Enquanto a União não abrir a mão vai continuar essa novela dos prefeitos com pires na mão visitando Brasília para buscar mais verbas. É preciso buscar uma gestão de qualidade para os prefeitos, com verbas suficientes [...] Esse é um dos maiores auditórios do Senado Federal e ele só fica cheio assim com as mobilizações da CNM” (Senadora Ana Amélia, PP/RS).

# OFÍCIO Nº 1429/2012

## CNM BSB BRASÍLIA

### 10 DE OUTUBRO DE 2012.

A Sua Excelência a Senhora  
Ideli Salvatti  
Ministra da Secretaria de Relações Institucionais  
Palácio do Planalto  
Brasília/DF  
Assunto: **Solicitação de apoio financeiro aos Municípios.**

Senhora Ministra,

1. O governo federal adotou uma série de políticas intituladas anticíclicas que promoveu isenções do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) a vários setores da economia e que impactaram negativamente as transferências de FPM; assim como, para evitar o aumento dos combustíveis, adotou medidas que fizeram zerar a alíquota da CIDE/Combustíveis, o que fez com que os Municípios também deixassem de receber as parcelas que têm direito em tal tributo.
2. Nos últimos anos, o governo federal fez inúmeras manifestações públicas que haviam recursos destinados aos Municípios e que estes não apresentavam projetos. Diante desta provocação, várias municipalidades esforçaram-se na elaboração e apresentaram destes projetos à União. No entanto, infelizmente, apesar de terem sido empenhados, inúmeros projetos estão, hoje, inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, ou seja, em situação de pagamento por parte da União.
3. Somados a tudo isso, os efeitos da crise que atinge os Municípios brasileiros, podem ser percebidos, ainda, em outras áreas fundamentais, como o financiamento da Educação, haja vista que a frustração das receitas, em virtude da desaceleração da economia, vai impactar fortemente os recursos do Fundeb.
4. Diante deste cenário, a Confederação Nacional de Municípios propõe a Vossa Excelência um conjunto de medidas que podem ser adotadas no sentido de atenuar os graves impactos financeiros que os Municípios estão sofrendo atualmente. Neste sentido, propomos que o governo federal:

- a) reponha os recursos desonerados do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) para a execução das políticas anticíclicas que reduziram o FPM em R\$ 1,5 bilhões;
- b) reponha os recursos da CIDE/Combustíveis destinados aos Municípios e que foram zerados através da decisão do próprio governo, aproximadamente R\$ 595 milhões;
- c) proceda o imediato pagamento dos Restos a Pagar, destinados aos Municípios, das obras e aquisições de equipamentos que já foram iniciadas e ou adquiridas, estimadas em R\$ 8,2 bilhões;
- d) garanta a complementação da União ao Fundeb no valor de R\$ 10,4 bilhões, calculado com base na estimativa de arrecadação, evitando ajustes em virtude as novas reestimativas, e que o valor desta complementação seja integralizado ainda no atual exercício financeiro;
- e) edite imediatamente Medida Provisória repassando os recursos do FEX para Estados e Municípios, cuja parcela é de R\$ 487,5 milhões;
- f) faça a reposição do aumento real do salário mínimo que impactou em R\$ 1,4 bilhões as folhas de pagamento dos Municípios;
- g) edite a regulamentação da Lei 12.716/2012 (Conversão da MP 565/2012), que permite a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários, por meio dos mecanismos previstos nesta Lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos;
- h) apoie a votação imediata, no Congresso Nacional, do PLS 2.565 2012, que trata da redistribuição dos *royalties* de petróleo e gás.

5. Certos de contar com sua sensibilidade e empenho na adoção das medidas propostas, aguardamos pelos devidos encaminhamentos.

Atenciosamente,

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

## Mobilização Permanente: a Crise Financeira dos Municípios (13/11/2012)

No dia 13 de novembro de 2012, a CNM mobilizou novamente os Municípios, os quais, em número expressivo, foram ao auditório Petrônio Portela, do Senado, para ouvir a resposta do governo Dilma ao documento entregue no mês anterior com um conjunto de reivindicações.

Ao longo da mobilização, deputados e senadores foram até o auditório prestigiar a mobilização e manifestar o apoio à campanha. A pedido dos participantes, o presidente do Congresso, senador José Sarney, recebeu os municipalistas, que apresentaram estudos da CNM, mostrando que muitos prefeitos não teriam como encerrar o mandato, podendo ser alcançados pela Lei da Ficha Limpa. Além disso, relataram as dificuldades no pagamento dos servidores municipais e as demissões que começaram a ocorrer como reflexo da crise.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e uma comitiva de dirigentes foram recebidos pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que cedeu a algumas demandas da CNM, por exemplo a liberação dos restos a pagar e o repasse dos recursos do FEX.

“O FPM é a maior urgência dos prefeitos no atual momento que o fechamento de contas não bate, e nós esperávamos que o governo atendesse a esse pedido. São mais de três mil prefeitos que podem ser ficha-sujas e essas medidas ajudam, mas não tiram a corda do pescoço de ninguém. O rombo de mais de 1,8 bilhão precisa ser coberto” (Presidente Paulo Ziulkoski).

Durante a mobilização, os gestores pediram a sanção do projeto de redistribuição dos *royalties* aprovado no dia 6 de novembro, na Câmara dos Deputados. As centenas de agentes políticos que estiveram em Brasília no dia 13 de novembro, em Assembleia, decidiram pela realização de uma grande Mobilização Municipalista Nacional – a campanha “Sanciona, Dilma!”, que é explicada na próxima seção.

# “Sanciona, Dilma”

A campanha “Sanciona, Dilma” foi lançada pela CNM, acompanhada pelas entidades estaduais e microrregionais, no dia 22 de novembro. O objetivo foi conscientizar a população que todos os Estados e os Municípios têm direito sobre os *royalties* do petróleo e gás. O movimento representou a vontade de, pelo menos, 170 milhões de brasileiros que vivem nas localidades que pouco recebem dos *royalties*.

A campanha buscou, assim, uma posição mais transparente do governo federal em relação à lei que define a participação mais igualitária dos *royalties*. De acordo com a CNM, o Executivo era vago sobre a sanção do Projeto de Lei 2.565/2011, aprovado no Congresso Nacional, e uma das maiores conquistas municipalistas dos últimos anos.

O projeto que seguiu para sanção foi fruto de grande acordo realizado no Senado Federal e que buscou viabilizar uma proposta equilibrada. A preocupação dos parlamentares foi de manter o direito de Estados e Municípios produtores e confrontantes a uma fatia especial das receitas, mas também ampliar a parcela que é destinada a todos os demais, obedecendo aos mesmos critérios do FPE e FPM.



**VERDADE SOBRE OS ROYALTIES**

Veja o que acontece se a presidenta Dilma vetar a distribuição justa dos royalties

**COM VETO** **SEM VETO**

A lei proíbe a aplicação em Educação

Recursos para educação, saúde e segurança.

R\$ 201 bi para 2 estados e 30 municípios.

R\$ 105 bi para 2 estados e 30 municípios.

R\$ 17 bi para todo o Brasil.

R\$ 140 bi para todo o Brasil.

**SANCIONA, DILMA. ROYALTIES PARA TODOS.**

**CNM**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Saiba mais em: [www.royalties.cnm.org.br](http://www.royalties.cnm.org.br)

**VERDADE SOBRE OS ROYALTIES**

**POR QUE NÃO HÁ QUEBRA DE CONTRATOS?**

Porque o contrato define o valor que a empresa de petróleo paga ao Governo Federal, e não a forma como esses recursos serão distribuídos.

Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

**SANCIONA, DILMA. ROYALTIES PARA TODOS.**

**CNM**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Saiba mais em: [www.royalties.cnm.org.br](http://www.royalties.cnm.org.br)

As mudanças propostas tampouco quebravam contratos, já que as empresas exploradoras têm contrato com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), na qual está previsto o pagamento de *royalties*. Os percentuais contratados continuavam os mesmos com a nova lei. O que mudava era a forma de distribuição dos recursos entre União, Estados e Municípios. Isso já aconteceu quatro vezes desde o início da exploração e nunca significou quebra de contrato. Entretanto, todas as mudanças anteriores provocaram concentração de recursos e a atual promove uma distribuição justa a todos os Entes.

Com base nessas exposições, a CNM incentivou a mobilização local para pedir a sanção da presidenta Dilma ao Projeto

de Lei 2.565/2011 em sua integralidade, trazendo justiça e equidade. Entre as diversas atividades planejadas pela CNM, estavam uma ofensiva para explicar à população o que significava a proposta dos Municípios. A pedido do presidente Paulo Ziulkoski, prefeitos de diversas regiões do Brasil organizaram manifestações locais e outras atividades públicas para mobilizar a sociedade pela aprovação do projeto dessa lei.



Prefeitura de Glorinha (RS)



Prefeitura de Veranópolis (RS)



Prefeitura de Pedrinhas (SE)



Prefeitura de Itaúna (MG)

Fonte: disponível em: «[http://www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21313:o-brasil-mobilizado-pede-sanciona-dilma-&catid=62:royalties&Itemid=176](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21313:o-brasil-mobilizado-pede-sanciona-dilma-&catid=62:royalties&Itemid=176)».



Em Brasília, a busca da atenção das autoridades e dos parlamentares se deu por meio de uma enorme faixa de 6 metros largura e 50 metros de comprimento. Com a frase "Sanciona, Dilma", a faixa trazia dezenas de fotografias com registros das manifestações ocorridas nos Municípios em favor da sanção sem veto. Além da Praça dos Três Poderes, a faixa também foi colocada no gramado do Congresso Nacional.

Apesar dos esforços de mobilização de todo o Brasil, a presidenta Dilma vetou a lei, não atendendo ao apelo do movimento municipalista, dos governadores e do Congresso Nacional.

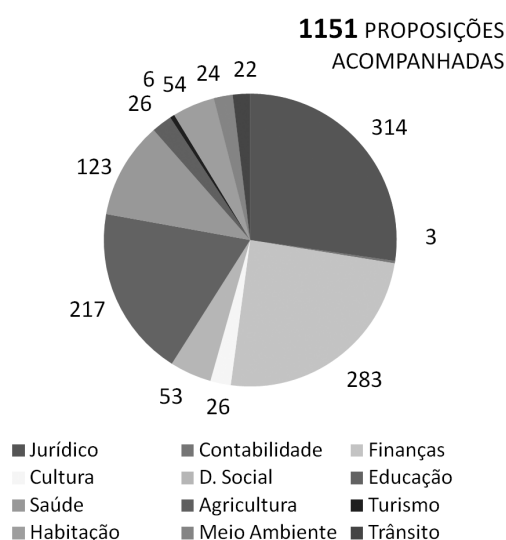
# Congresso Nacional – Proposições Legislativas

Cerca de 7.500 proposições, em tramitação no Congresso em 2012, impactavam nos Municípios de forma geral ou especificamente. Nesse sentido, a CNM acompanha diariamente as atividades do Congresso Nacional, monitorando as proposições negativas e positivas aos Municípios. É dessa ação que surgem as principais conquistas do municipalismo brasileiro.

Este trabalho inicia-se já nas comissões do Congresso, sempre se antecipando aos acontecimentos e prestando esclarecimento aos Municípios. A proatividade também se dá na apresentação de projetos e emendas voltados à melhoria das condições de vida locais.

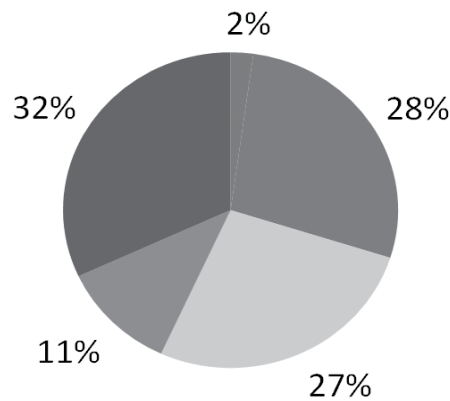
“A ação dos prefeitos junto aos parlamentares de suas regiões é fundamental para que os congressistas entendam a importância da pauta municipalista e a apoiem. O objetivo é evitar que projetos de lei que impactem negativamente nos Municípios sejam aprovados pelos parlamentares e apoiar os projetos que favoreçam o interesse municipal” (**Presidente Paulo Ziulkoski**).

O contato com senadores e deputados foi ampliado neste ano com o fortalecimento da área parlamentar da entidade. Por meio de mensagens de celular, o presidente Paulo Ziulkoski mobilizou prefeitos a estabelecerem ligações diretas com seus parlamentares. Um campo específico no portal da CNM foi criado para orientar os gestores sobre os projetos positivos e negativos do Congresso.



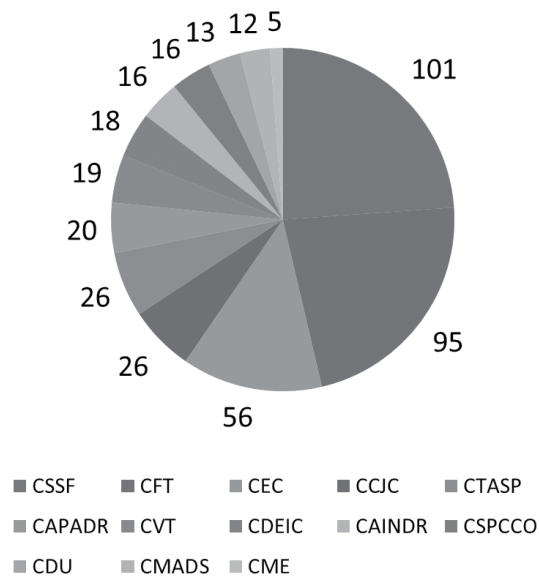
Em 2012, 1.151 proposições foram acompanhadas pela CNM. Entre essas proposições, a CNM entendeu que 30% apresentavam um impacto nos governos municipais de alta ou altíssima relevância. Entre os temas priorizados, destacam-se projetos de finanças, educação, saúde ou que, de alguma forma, impactam na autonomia municipal.

- Altíssima
- Média
- Não Avaliado
- Alta
- Baixa



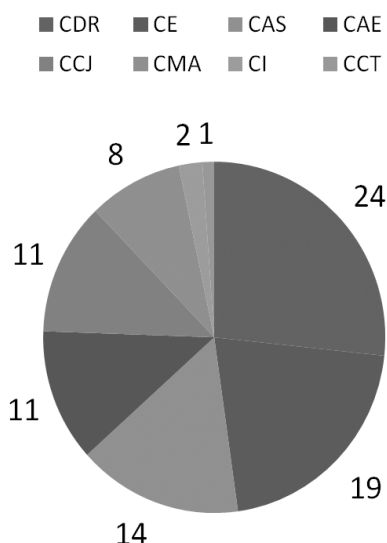
Para as proposições altamente relevantes, a CNM elaborou análises técnicas ou pareceres que pudessem embasar o posicionamento da entidade diante dos parlamentares de forma mais efetiva e consistente. Levando em consideração as consequências que terão nos Municípios, esses documentos mostram a importância de aprovar, emendar ou barrar determinado projeto de lei. Mais de 200 análises técnicas foram produzidas pela entidade em 2012, com grande diversidade entre os temas.

#### ITENS ACOMPANHADOS NA CÂMARA



Se analisarmos as atividades separadamente entre as Casas, nota-se que, no ano de 2012, a CNM acompanhou mais de 400 itens na Câmara, enquanto que, no Senado, esse número chegou a 90.

## ITENS ACOMPANHADOS NO SENADO



As comissões que tiveram mais itens acompanhados na Câmara foram respectivamente a Comissão de Segurança Social e Família (CSSF), a de Finanças e Tributação (CFT), a de Educação e Cultura (CEC), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp).

No Senado, foram acompanhados mais itens na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As comissões refletem as pautas prioritárias da CNM, por tratar diretamente de temas como a Previdência, os pisos salariais, a questão fronteiriça, as políticas nacionais de habitação e saneamento e os *royalties* do petróleo. Nas audiências públicas realizadas no Congresso, a CNM foi convidada como representante dos interesses municipais.

As ações no Congresso Nacional geraram resultados expressivos no ano de 2012. Graças ao desenvolvimento de um sistema de acompanhamento legislativo direcionado ao contexto da CNM, essas ações serão ainda mais efetivas nos próximos anos. O que se busca é a atualização automática dos projetos no Congresso e a melhor comunicação entre as áreas da CNM. Além de relatórios instantâneos para as tomadas de decisão, o sistema ainda registra as ações executadas pela entidade, possibilitando maior transparência e coerência.

Os projetos de lei de maior destaque acompanhados pela CNM em 2012 são apresentados a seguir. Ao final, um quadro-resumo apresentará outras tramitações monitoradas pela entidade.

# Royalties

As ações da CNM para aprovar o Projeto de Lei (PL) 2.565/2011 sobre a divisão dos *royalties* (PLS nº 448/2011, no Senado Federal) foram intensas em 2012, dando continuidade a uma batalha de sete anos. Além de realizar diversas mobilizações nacionais, produzir estudos técnicos e fazer reuniões com diversos parlamentares, a CNM teve participação ativa no processo de comoção dos parlamentares. Na semana anterior à apreciação da matéria, foram visitados os gabinetes da maior parte dos deputados, em uma ação de convencimento e de demonstração dos impactos positivos da aprovação do PL nº 2.565/2011 para a maior parte dos Estados e dos Municípios.

No dia da votação, em 6 de novembro daquele ano, a CNM esteve presente em plenário, orientando o voto das lideranças estaduais dos Estados e dos Municípios não confrontantes. A entidade conseguiu a alteração de prioridade na votação na Câmara dos Deputados, retirando de votação o substitutivo do deputado Zarattini (que se opunha ao projeto originário do Senado, apoiado pela maior parte dos Municípios brasileiros). Todos os destaques apresentados pelo bloco governista foram rejeitados e o projeto defendido pelos Municípios foi aprovado. Os ganhos para o Brasil com essa proposta chegariam até o final da década a 140 bilhões de reais.

Indo contra o amplo consenso construído entre partidos governistas e de oposição, a presidenta Dilma acabou por vetar parcialmente o texto oriundo do PL 2.565/2011. Transformado em Veto 38/2012, o texto recusado pela Presidência da República retornou ao Congresso Nacional, iniciando nova disputa entre Estados confrontantes e não confrontantes. A CNM dedicou especial atenção ao acompanhamento da Sessão Conjunta do Congresso, convocada no dia 18 de dezembro para apreciar o Veto 38/2012.

Mantendo a posição favorável à rejeição do veto da presidenta, a CNM voltou a visitar cada um dos gabinetes parlamentares, consolidando a formação do *quorum* necessário à manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Interrompida a votação em virtude da apresentação de Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelos parlamentares do Rio de Janeiro – RJ e do Espírito Santos – ES, foi necessário aguardar a madrugada do dia 7 de março de 2013 para rejeição definitiva do Veto 38/2012.

Ao longo dessa caminhada, assistimos a inúmeros pronunciamentos de parlamentares citando as estimativas realizadas pela CNM de ganhos dos Municípios com a confirmação da nova lei dos *royalties*.

## Piso Salarial

Inicialmente, é importante esclarecer que a CNM não é contrária à valorização dos servidores municipais. A luta dos Municípios é para que o pacto federativo seja respeitado, não deixando o legislador federal ultrapassar suas competências e invadir a autonomia local ao estipular o valor dos pagamentos de funcionários que são municipais. Essas ingerências vão de encontro ao planejamento municipal e à capacidade de as autoridades locais fazerem uma gestão financeiramente equilibrada, obedecendo às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, mesmo que o Congresso estipulasse valores de pisos profissionais – o que acreditamos ser inconstitucional –, seria fundamental que fossem apontadas as fontes de recurso capazes de garantir esse aumento de gastos. O trabalho da CNM nas discussões sobre o estabelecimento de pisos profissionais tem sido o de impedir que proposições relativas ao tema avancem até que todas as dúvidas dos Municípios sejam esclarecidas.

Um exemplo de projeto de lei é o PL 4.924/2009, que fixa em R\$ 4.650,00 o piso salarial dos enfermeiros, em 50% daquele valor o piso salarial dos técnicos de enfermagem e em 30% do referente ao dos auxiliares de enfermagem e das parteiras. Relativo a esse projeto de lei, a CNM reitera sua posição contrária à aprovação da matéria.

Quanto às atividades desempenhadas para tal, vale destacar a visita ao gabinete do deputado Luiz Couto. Conseguindo acordo pela devolução da matéria, a CNM conseguiu realizar a redistribuição dela, pedindo o envio do PL 4.924/2009 à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Na CFT, a CNM solicitou ao deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR) o pedido de relatoria da matéria por este ter se mostrado sensível às preocupações municipais.

Sendo designada a relatoria ao deputado Kaefer, a CNM apresentou sugestão de parecer pela rejeição do PL 4.924/2009. A forte pressão dos sindicatos interessados fez que as lideranças regionais do Paraná, assim como os prefeitos, fossem mobilizados para demonstrar o devido apoio municipalista. Outras organizações, como a Confederação das Santas Casas, somam posições convergentes com a da CNM.

## Cidades Gêmeas

A CNM apoiou com informações técnicas a tramitação do substitutivo apresentado acerca do fortalecimento de *free shops* nas Cidades Gêmeas de fronteira, tornando sua aprovação mais ágil. O avanço do PL 6.316/2009 – de difícil tramitação no âmbito da Câmara dos Deputados – foi possível graças ao contato próximo junto ao gabinete da senadora Ana Amélia (relatora do projeto no Senado Federal), que acelerou a sua aprovação no Congresso Nacional. Essa era uma luta dos Municípios de fronteira desde 2008, quando foi criado, pela CNM, o projeto *Fronteiras em Debate*.

Na época, a entidade realizou uma série de seminários com as autoridades locais fronteiriças para entender essa problemática e propor uma pauta de reivindicações conjuntas para ser levada a Brasília. Com o relatório final dos encontros, a CNM apresentou uma série de demandas ao Executivo e ao Legislativo federais, pressionando para que o tema entrasse na pauta política dessa esfera. Desde então, a União tem tratado como prioridade as questões de fronteira.

O tema dos *free shops*, em particular, tentava equilibrar uma situação desigual nas regiões limítrofes. Isso porque os Municípios estrangeiros de fronteira dinamizavam suas economias, aproveitando-se do mercado consumidor brasileiro, enquanto os Municípios brasileiros eram prejudicados pela falta de um instrumento legal que garantisse a competição em pé de igualdade.

A autorização para a criação de “lojas francas” em Cidades Gêmeas da fronteira brasileira foi aprovada na forma do PLC 11/2012, com substitutivo construído por meio de acordo entre líderes parlamentares e a CNM. Sendo aprovada no plenário da Câmara dos Deputados em meados de setembro de 2012, foi remetida à sanção presidencial, transformando-se na Lei 12.723/2012.

Outras proposições de alta relevância acompanhadas pela CNM em 2012 seguem no quadro abaixo:

<b>Tema</b>	<b>Proposição</b>	<b>Autor</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Posição</b>
Encontro de contas	MPV nº 589/2012	Poder Executivo	Governo	–	Mais prazo e menos juros para as dívidas previdenciárias dos Municípios.	A favor
FPM	PLP nº 458/2009	José Oliveira	PV	MG	Altera os critérios de distribuição. Municípios maiores perderiam receita.	Contra
Precatórios	PEC nº 63/2011	Mendonça Prado	DEM	MG	Assegura a quitação e dá previsibilidade para o cidadão e para o Poder Público.	A favor
ICMS	MPV nº 599/2012	Poder Executivo	Governo	–	Altera as alíquotas interestaduais para 4% no prazo de oito anos. Evita a guerra fiscal.	A favor
Vinculação de gastos	PEC nº 324/2001	Inaldo Leitão	PSDB	PB	Vincula 1% da receita municipal para a cultura. Fere a autonomia do administrador.	Contra
Jornada de trabalho	PL nº 2.295/2000	Lúcio Alcântara	PSDB	CE	Estabelece 30h semanais para os enfermeiros. Impacto de 2,1 bilhões ao ano.	Contra
Pisos salariais	PL nº 4.924/2009	Mauro Nazif	PSB	RO	Estabelece 4.650 reais para enfermeiros, 2.235 para técnico e 1.860 para auxiliar.	Contra
Condenação penal	PL nº 2.489/2011	Roberto de Lucena	PV	SP	Tipifica como crime deixar de prestar contas. Já há várias leis sobre o tema.	Contra
Juros da dívidas	PLS nº 3.34/2011	Eduardo Braga	PMDB	AM	Muda o indexador para a TJLP. Atualiza os valores das dívidas para números reais.	A favor

## Executivo Federal

Além da articulação parlamentar, a CNM atua diretamente junto ao Executivo a fim de garantir melhorias aos Municípios. Institucionalmente essa relação acontece por meio de foros estabelecidos pelo próprio governo federal, principalmente em conselhos, comitês e grupos de trabalho.

O principal espaço de diálogo entre o governo federal e os Municípios é o Comitê de Articulação Federativa (CAF), estabelecido a partir de uma demanda da entidade. Além desses espaços, a CNM está em contato direto com os Ministérios e as secretarias especiais para fortalecer as opiniões e as demandas municipais no processo de tomada de decisão das políticas nacionais que impactam na administração local.

A linha política da entidade, em todos esses espaços, segue uma coerência histórica que demonstra os malefícios que tais políticas federais podem ocasionar aos Municípios. Por meio de eventos e mensagens na mídia, os prefeitos são pressionados a aderirem aos programas federais. Sem avaliar as reais condições de assumir essas responsabilidades, a exemplo de contrapartidas financeiras, ou mesmo sem ponderar as prioridades locais, os prefeitos criam custeios permanentes sem fontes de receitas. Dessa forma, os quase 400 programas oferecidos desde Brasília fragmentam o planejamento urbano e impedem modelos de políticas regionais, já que aos prefeitos cabe apenas aceitar o pacote entregue pelo governo federal.

Em situações de irregularidades do Cauc, além de serem impossibilitados de aderirem a novos programas, os Municípios são obrigados a investir recursos provindos de outras rubricas. As diferentes prestações de contas exigidas no âmbito federal, a falta de um canal claro de comunicação e os desentendimentos sobre questões previdenciárias geram dispêndio de tempo, gastos com passagens e telefonemas para regularização, além de colocar o gestor municipal em uma posição vulnerável diante dos demais Entes da Federação.

“Todos os programas federais são bons. O problema é que eles são subfinanciados, repassam todas as responsabilidades para os prefeitos e ainda criam dificuldades para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).”  
(Presidente Paulo Ziulkoski)

As desonerações estabelecidas pelo governo federal, para combater a crise internacional, acentuou ainda mais o contexto deficitário dos governos municipais. Com poucas alternativas a serem adotadas, já que o último ano de mandato pressupõe regras mais restritas, os Municípios brasileiros solicitaram a compreensão do governo federal sobre a difícil realidade vivenciada por todos os gestores locais. Alguns desses pedidos foram atendidos como poderão ser observados a seguir.

Prazos também foram contestados. A CNM pediu alteração do prazo para elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos para 31 de dezembro de 2013 e está reiterando o pedido novamente. A nova contabilidade pública passará a ser uma exigência para 2014, já que nem o governo federal apresentava um plano de contas e um sistema capaz de enquadrar as realidades de Estados e Municípios.

# Principais Pleitos ao Executivo

## **Pagamento do Fundo de Exportações (FEX) devido aos Municípios no valor de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão**

O FEX foi instituído para auxiliar os Estados e os Municípios no incentivo às exportações do País. A Confederação encaminhou, em outubro, um pedido de urgência para a matéria à ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, ao Comitê de Assuntos Federativos (CAF) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em novembro, foi creditado nas contas das prefeituras municipais R\$ 1,95 bilhão. O FEX normalmente é repassado em três parcelas, mas, este ano, com os apelos feitos pela CNM, o governo creditou em parcela única.

## **Ampliação do Programa Garantia-Safra para todos os Municípios**

A ampliação fez parte de um pedido feito pela CNM assim que a entidade assumiu um lugar no Comitê Gestor do Garantia-Safra no ano de 2011, e reiterado no início de 2012. A partir dessa conquista, todos os Municípios do País poderão ser beneficiados. Antes, apenas os vinculados à Sudene recebiam esse recurso indenizatório.

Essa ação viabiliza o acesso a recursos a fundo perdido em caso de eventos climáticos adversos, como forma de indenização a milhares de agricultores de todo o Brasil, contribuindo com Municípios para o enfrentamento de secas ou enchentes. A mudança no programa destinado a agricultores familiares deve evitar a vinda de gestores municipais a Brasília em busca de auxílios emergenciais aos pequenos agricultores, quando houver perda de lavouras.

## **Parcelamento dos débitos: a edição da MP 589/2012 e regulamentação**

A Medida Provisória dispõe sobre o parcelamento dos débitos junto à Fazenda Nacional relativo às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ela previu que os débitos podem ser pagos em parcelas a serem retidas nos respectivos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios – FPE e FPM – e repassadas à União no valor de 2% da média mensal da receita corrente líquida. Isso foi importante, principalmente, pela crise financeira vivenciada pelo Município no último ano de mandato, dando uma folga maior para que os Municípios gerenciassem os fechamentos das contas. A CNM também foi enfática em pedir agilidade na regulamentação do parcelamento, condição necessária para fazer valer a MP, e foi atendida prontamente pelo Ministério da Fazenda (MF) e pela Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da Portaria 9/2012. Além disso, a CNM também solicitou e foi atendida pelo Ministério da Previdência na ampliação do benefício aos Regimes Próprios de Previdência Social, já que inicialmente somente os Municípios com o Regime Geral poderiam desfrutar do parcelamento. Enquanto isso, a tramitação da MP 589/2012 segue no Congresso Nacional e aguarda a análise de oito emendas sugeridas pela CNM. Como manda a Constituição Federal, uma comissão especial mista – de deputados e senadores – deve ser instalada em 2013 para apreciação da matéria.

## **Liberação de R\$ 1,4 bilhão em Restos a Pagar (RAP)**

Após reunião promovida pela CNM com a Secretaria de Relações Institucionais, em novembro, o governo prometeu liberar até o final do ano R\$ 1,6 bilhão das obras e dos equipamentos que estavam inscritos em RAP processados e não processados. Esta liberação, que chegou ao valor real de R\$ 1,4 bi, ajudou os gestores a fecharem suas contas no final do

mandato. O repasse ainda está longe de atender ao total da dívida do governo federal com os Municípios, algo em torno de R\$ 18 bilhões.

### **Prorrogação do PCasp e DCasp para 2014**

A CNM protocolou em 2011 junto à Secretaria do Tesouro Nacional um pedido de prorrogação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp). O argumento era de que 2013 seria o início de uma nova gestão municipal, e as mudanças trariam dificuldades para adaptação. Durante todo o ano de 2012, a Confederação se empenhou para que essa demanda se materializasse. A pressão surtiu efeito e, ao final de 2012, a Portaria 753/2012 foi editada. De acordo com ela, cada Município terá até 2014 para adotar o plano. O cronograma de ações deverá ser divulgado até o dia 31 de maio de 2013.



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

# Conselhos

Os conselhos são espaços de diálogo e de formulação de medidas, legislações e políticas públicas relacionadas ao governo federal. Neles, vários segmentos da sociedade participam como membros titulares e observadores, a fim de garantir um ambiente democrático de construção de políticas. Os participantes acompanham as reuniões, dando suas opiniões e decidindo sobre o futuro das ações governamentais executadas em todo o Brasil.

A Confederação acompanha as atividades de 33 Conselhos distintos, nos quais são discutidas as políticas públicas nacionais que se relacionam com o âmbito local. As temáticas debatidas são diversas, incluindo agricultura, previdência, finanças, saúde e meio ambiente.

Em 2012, a CNM participou de 117 reuniões em diferentes conselhos, contribuindo para que as discussões levassem em conta as posições dos Municípios brasileiros. Como forma de interferir, moldar e melhorar as políticas públicas, diversas questões foram debatidas durante o ano, incluindo:

- Piso salarial nas contas públicas.
- Programas e projetos relacionados ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).
- Regras para licenciamento de atividades de empresários, pessoas jurídicas e equiparadas no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).
- Definição de ações para simplificação do processo de licenciamento de empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur) e a CNM para fortalecer as ações para desenvolvimento do turismo nos Municípios brasileiros.
- Assistência técnica para regulamentação de procedimentos e medidas para garantir acesso à assistência técnica gratuita para população de baixa renda, visando à melhoria habitacional da construção.
- Alternativas jurídicas de constituição de marco legal para autogestão na produção habitacional de interesse social.
- Elaboração de plano para ampliação da base produtiva na área de fronteiras.
- Discussão sobre povos e comunidades tradicionais e sobre a *1 Conferência Nacional de sobre Assistência Técnica e Extensão da Agricultura Familiar e na Reforma Agrária* (Cnater).
- Carta de serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que contribui para delimitar os contornos da atuação da administração municipal, criando com a sociedade transparência na gestão de serviços públicos a ela oferecidos e nos projetos de melhoria e aperfeiçoamento do atendimento.
- Discussões sobre a linguagem XBRL como instrumento da contabilidade, a padronização da contabilidade nos Estados, a criação de padrões mínimos para os sistemas de contabilidade, a incorporação de informações contábeis e financeiras às matrizes contábeis e a adequação do novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp).

# Atuação Internacional

A CNM tem como seus objetivos viabilizar a participação e a representação dos Municípios brasileiros no âmbito internacional. A entidade também busca promover a cooperação internacional com enfoque na geração de resultados concretos nos Municípios, com a transferência de conhecimento.

Como representante brasileiro no *Bureau* Executivo da Federação Latino-Americana de Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) e na rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a CNM dissemina informações sobre as tendências mundiais, defendendo externamente nossas prioridades e interesses. Os governos locais latino-americanos reconhecem, ainda, a CNM como representante legítima no Comitê de Autoridades Locais das Nações Unidas, como reafirmado na ata da Sessão do *Bureau* Executivo da Flacma, de março de 2012, em Santiago de Chile. No âmbito da política global, a CNM mantém a prioridade na integração regional, na cooperação com os países de língua portuguesa e no fortalecimento das relações entre federações, a exemplo de Índia-Brasil-África do Sul (Ibas).

A parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) levou a CNM a contribuir com a missão de prefeitos ganhadores do *Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor* ao Reino Unido. Nesse sentido, contatos foram realizados com a Associação de Governos Locais do Reino Unido (LGA) para promover a visita a experiências voltadas ao empreendedorismo no país. Ações como essa servirão como modelo para missão prevista para o Canadá ao final de 2013, cuja construção foi iniciada em 2012.

O projeto Capacidades, uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), merecerá uma sessão mais à frente para demonstrar os principais resultados obtidos. Concluído em 2012, essa experiência de acompanhar os Municípios-piloto no desenvolvimento de suas capacidades, buscando maior governança local, gerou conhecimentos a serem multiplicados em ações futuras.

Em 2012, destacam-se particularmente a representação dos Municípios brasileiros na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a continuação da colaboração com o Conselho Japonês de Autoridades Locais (Clair), o curso de capacitação sobre investimentos intensivos em emprego, em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a avaliação de projetos de cooperação descentralizada para receber recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o lançamento do Prêmio Internacional de Mobilidade Urbana e a formulação do Plano de Trabalho dos Municípios no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

## MUNICÍPIOS NA RIO+20



A CNM firmou parceria com as Nações Unidas para que os Municípios brasileiros participassem da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) a partir de suas localidades. O evento ocorreu de 13 a 22 de junho e reuniu 193 países-membro da ONU para debater os rumos do desenvolvimento mundial, em três âmbitos: econômico, social e ambiental, pautado pelo conceito de sustentabilidade.

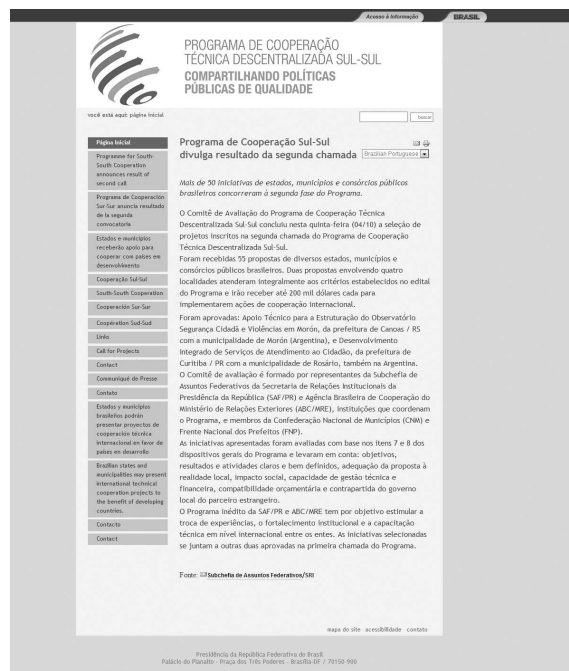


Durante o evento, a CNM defendeu os pontos contidos na *Carta dos Municípios Brasileiros para a Rio+20*, a qual foi um documento aprovado durante a *XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* e que propunha: o reforço do protagonismo dos Municípios nas negociações nacionais e internacionais; o fomento da cooperação para capacitação técnico-científica; o desenvolvimento de mecanismos financeiros que forneçam suporte da União para os Municípios; a promoção da economia verde; mecanismos de proteção da faixa de fronteira; entre outros.

No espaço oficial, a CNM integrou a delegação brasileira, por meio de seu vice-presidente e de seu secretário-geral. Em conjunto com o Sebrae, lançou, durante a Conferência, o Concurso de Artigos sobre Políticas Públicas de Estímulo à Sustentabilidade nas Micro e Pequenas Empresas. A Confederação apoiou, ainda, o Prêmio *SMART Mobility*, o qual é uma iniciativa da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Durante a Rio+20, foram premiadas três iniciativas empreendedoras em transporte sustentável, incluindo uma brasileira – o Projeto Caronetas.

## PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DESCENTRALIZADA SUL-SUL

A CNM foi integrante do Comitê Técnico de Avaliação do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul. Por meio desse programa, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), em parceria com a Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF), lançou um edital para financiar projetos de cooperação entre Municípios brasileiros e parceiros de países em desenvolvimento. Apesar de o número de projetos beneficiados ser menor do que o esperado, tal iniciativa representou uma conquista para o municipalismo, uma vez que esse tipo de suporte financeiro não só reforçou o reconhecimento dos Municípios como atores de cooperação internacional pelo governo federal, como também abriu precedente para que os Municípios pressionem o governo por financiamento similares nos próximos anos.



## FORO CONSULTIVO DO MERCOSUL



Em 2012, a CNM continuou acompanhando as reuniões do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR). Integrante da estrutura formal do Mercosul, esse foro tem a finalidade de facilitar o diálogo e a cooperação entre as autoridades locais dos países-membro e promover a participação plena dos governos subnacionais nas iniciativas do bloco. Durante as reuniões do foro, a CNM colaborou com o planejamento de médio prazo e compartilhou as informações sobre governança fronteiriça.



## COOPERAÇÃO COM O CLAIR JAPÃO



Desde 2008, a CNM seleciona, anualmente, participantes para o Programa de Treinamento de Funcionários Governamentais Locais (LGOTP), implementado pelo Conselho Japonês de Autoridades Locais para Relações Internacionais (Clair). Por meio do programa, os participantes passam por um estágio nos governos municipais japoneses por um período de seis a dez meses. No Brasil, psicólogos e professores têm feito o treinamento na Academia Intercultural Japonesa de Municipalidades e desenvolvido atividades em escolas japonesas junto às comunidades brasileiras. Em 2012, duas psicólogas, uma da Prefeitura de Brunópolis/SC e outra da Associação Mato-Grossense de Municípios, foram selecionadas para participarem do programa. Os principais resultados apresentados pelo programa são: o treinamento de qualidade dado aos profissionais municipais sem custos para os Municípios ou seus funcionários, a satisfação dos participantes pela oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal de viver em um país diferente e a aproximação com governos japoneses e suas sociedades.

## CURSO DE CAPACITAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS DA OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveu um curso de capacitação sobre as “Metodologias da OIT para Promover Investimentos Públicos com Alto Impacto na Geração de Emprego”, em Brasília. Essa capacitação foi destinada para 37 participantes, incluindo técnicos da CNM e secretários estaduais da área de trabalho e emprego. O evento foi apoiado pela parceria CNM/Sebrae com o objetivo de aprender sobre a metodologia e sua capacidade de replicação no Brasil.



# DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

O desenvolvimento da gestão municipal constitui um dos pilares de atuação da CNM. A entidade preocupa-se em fortalecer os conhecimentos e as capacidades dos Municípios para promoção de políticas públicas efetivas e que favoreçam o desenvolvimento local de forma a promover a qualidade de vida da população e a sustentabilidade financeira dos governos municipais.

Por meio de eventos, a CNM tem trabalhado para que os Municípios participem mais ativamente do movimento municipalista e se tornem, cada vez mais, protagonistas das transformações locais. O projeto Experiência Municipal, por exemplo, buscou informações capazes de demonstrar os desafios da execução de programas federais e outras ações repassadas ao poder local. O Diálogo Municipalista, desde 2011, é uma forma de se aproximar das regiões, tendo em 2012 um enfoque sobre o final de mandato.

No final de 2012, essa estratégia de eventos regionais de capacitação ganhou ainda mais força com o seminário “Novos Gestores”. Abrangendo todo o território nacional em 19 eventos, a CNM buscou, em dois dias, repassar recomendações relevantes aos prefeitos eleitos. Já as oficinas de finanças foram direcionadas para o fortalecimento técnico das administrações municipais, fomentando maior autonomia financeira por meio da arrecadação própria.

Ao longo dos anos, a CNM construiu uma estrutura sólida, com acúmulo de conhecimento, sendo capaz de prestar apoio técnico aos Municípios com qualidade e responsabilidade. Prefeitos, secretários e técnicos municipais contatam a CNM diariamente por telefone e por meio de visitas à sede da entidade para esclarecer dúvidas e receber orientações.

Em 2012, a CNM continuou produzindo uma série de publicações, incluindo livros, cartilhas, informativos, estudos técnicos e notas técnicas. Esse material foi desenvolvido com o intuito de informar os Municípios sobre as principais temáticas que os afetam, embasando os conhecimentos dos gestores municipais com dados atualizados e focados nos desafios a serem enfrentados por eles.

Todo esse apoio à gestão municipal foi conduzido com a consciência de que uma entidade de representação só é efetiva se estiver em contato permanente com seus representados. Essa percepção fez que a CNM, ao longo de 2012, fortalecesse ainda mais o diálogo com suas bases. Isso significou ouvir mais as demandas e visitar as realidades municipais e, com base nisso, implementar ações e aprofundar conhecimento em consonância com as necessidades dos Municípios.

A aproximação com o Município constitui tanto uma estratégia quanto um resultado das outras estratégias traçadas pela entidade. Essa é uma característica presente desde o nascimento da CNM, de ser uma entidade criada de baixo para cima, reunindo os Municípios em entidades microrregionais e estaduais de representação.

# Capacitações e Seminários

## EXPERIÊNCIA MUNICIPAL

A CNM promoveu, em março de 2012, em Brasília/DF, o *Seminário Experiência Municipal: o Município e as Boas Práticas da Gestão*. No evento, a CNM tratou de temas importantes, como Finanças e Tributos Municipais, alternativas para execução dos programas sociais e questões jurídico/ administrativas, além do desenvolvimento urbano e de convênios. A partir da construção compartilhada do conhecimento e de experiências sobre gestão pública municipal, a CNM aprimora a sua atuação na capacitação dos gestores.

Deste seminário, nasceu o Projeto *Experiência Municipal*. O objetivo é levantar dados e verificar, diretamente nos Municípios, a contrapartida financeira nos principais programas do governo federal nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação. Além disso, o projeto buscou identificar as ações praticadas pelos Entes locais, mas que não são de sua competência.

Os resultados revelaram que os Municípios comprometem mais de 10% da sua receita corrente líquida com despesas que deveriam ser custeadas pelos outros Entes (Estados e União) ou com a complementação financeira de programas de iniciativa destes. De acordo com a pesquisa, 54 dos 63 programas da saúde (83,1%) não se sustentam com os repasses federais e estaduais somados. Isso implica que os Municípios aplicam recursos próprios para cobrir o resto das despesas desses programas. Em média, as despesas dos programas de saúde são 2,6 vezes maiores que os incentivos recebidos.

Os repasses de quase dois terços (64,6%) dos programas não pagam nem os dispêndios com pessoal. Estes gastos (com pessoal) correspondem à maior parte das despesas dos programas da área da saúde e, em média, equivalem a mais que o dobro (203,5%) dos repasses estaduais e federais. Além dos impactos financeiros nefastos, arcar com competências da União e dos Estados influenciou diretamente na porcentagem de gastos com pessoal, resultando, muitas vezes, em extrapolar o limite estabelecido pela LRF.

Seminário  
**Experiência Municipal**  
O Município e as Boas Práticas de Gestão  
Dias 1º e 2 de março/2012  
Brasília/DF

Prefeito(a),

Com a constante transferência de atribuições para os entes locais, a gestão municipal passou a exigir um nível maior de capacitação dos agentes públicos.

E a CNM, ciente deste contexto, deseja conhecer melhor os problemas que os prefeitos estão enfrentando no dia a dia para, então, definir estratégias de orientação para os Municípios.

Sob esta finalidade, será realizado o Seminário “**Experiência Municipal: o Município e as boas práticas de gestão**”, nos dias 1º e 2 de março de 2012, no Salão Broadway (Manhattan Plaza Hotel - SHN Quadra 2 Bloco A), em Brasília/DF. Evento com uma dinâmica diferente em que, para participar, é preciso preencher um questionário que contém informações sobre temas relevantes da gestão municipal.

Ainda há tempo para sua inscrição.

Conheça mais no site: [www.cnm.org.br/experiencia](http://www.cnm.org.br/experiencia), inscreva-se e participe.

Saudações municipalistas.

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

As ações contemplaram os outros gastos que são arcados pelos Municípios, mas que não são de sua responsabilidade. Esses dispêndios incluem despesas como ratificações exclusivas aos Policiais Militares, além de alimentação e gastos com equipamentos e munição para exercerem suas atividades. Doação de terrenos para obras do Estado, como a construção do Fórum ou a Escola Técnica, é outra realidade comum.

Os resultados apresentados na *Marcha* corroboraram a ideia defendida pela Confederação do alto nível de comprometimento dos Municípios e de seus recursos com a execução e a operacionalização dos programas federais e estaduais. No segundo semestre de 2012, foi desenvolvida uma nova etapa do projeto que aumentou a amostragem anterior de Municípios participantes e captou novas informações.

## DIÁLOGO MUNICIPALISTA E ELEIÇÕES 2012

A continuidade dos encontros do *Diálogo Municipalista* iniciados no ano de 2011 atendeu à expectativa de orientar os gestores municipais para o final de mandato.

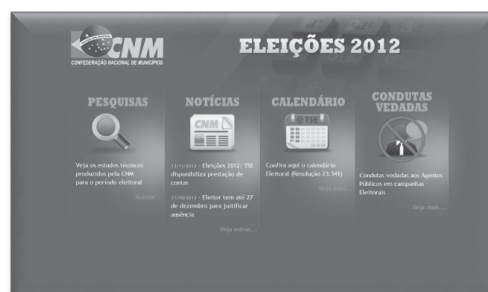
Em 2012, foram realizados mais quatro eventos em cada uma das seguintes cidades: Maceió/AL, Recife/PE, João Pessoa/PB e Natal/RN.

Durante os encontros, a CNM orientou os gestores quanto à melhor maneira de finalizar a gestão de seus Municípios, traçando um panorama do que poderia acontecer com as contas públicas municipais e os repasses federais até o final do mandato. O foco da apresentação foram as mudanças e as especificidades da lei orçamentária e de responsabilidade fiscal nesse período. Outros temas importantes discutidos foram: convênios, restos a pagar, FPM, financiamento da saúde, endividamento previdenciário e piso do magistério.

Foi ressaltado, ainda, que as prefeituras não poderiam ultrapassar o gasto com pessoal a não ser que o Município tivesse condições de deixar pago até o final do mandato ou deixar dinheiro em caixa. Assim, as principais orientações da CNM aos prefeitos foram direcionadas à LRF, que determinou mudanças e cuidados no período que antecede as eleições. A orientação da entidade era a de que os gestores não viessem a aderir nenhum programa federal neste momento.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012

Para as eleições municipais de 2012, além de capacitar os gestores por meio dos *Diálogos Municipalistas*, a CNM forneceu explicações detalhadas aos Municípios sobre as condutas vedadas aos candidatos por meio de um *hotsite*. Também disponibilizou seus estudos sobre as eleições, notícias e o calendário eleitoral com os prazos estipulados pela Justiça Eleitoral.



## NOVOS GESTORES

“Ponto de Partida para uma Gestão de qualidade”

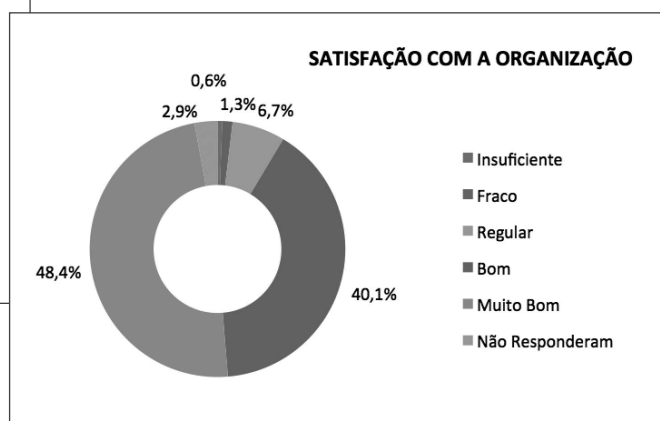
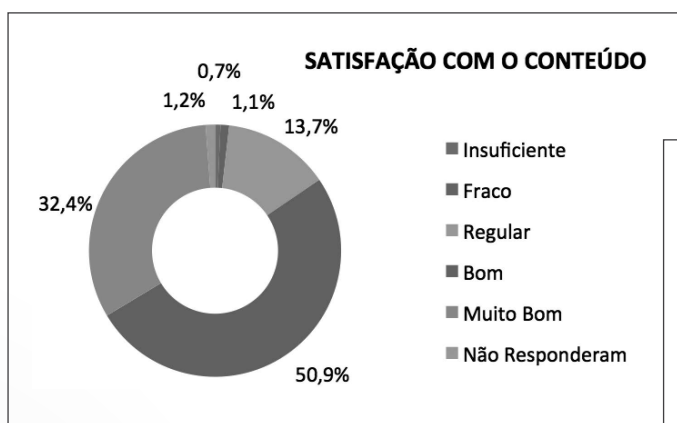
A CNM manteve a tradição de organizar seminários em quase todos os Estados brasileiros com o objetivo de sensibilizar e capacitar os eleitos para uma gestão de qualidade. O seminário *Novos Gestores* foi o espaço para apresentar lições aprendidas e ouvir os anseios dos que assumem a bandeira do municipalismo. Esses eventos consistem de reuniões de trabalho de dois dias, durante os quais a CNM explica a realidade da gestão municipal em temáticas diferentes. Durante os seminários, a CNM entregou, ainda, uma coletânea de 14 livros, um de cada uma das principais áreas da administração municipal.

A versão 2013-2016 focou na questão do subfinanciamento dos programas e dos convênios federais, trazendo o alerta para que os gestores locais façam prioritariamente o que as leis determinam, buscando soluções próprias e sustentáveis. A ênfase na explicação sobre as competências dos Municípios e a necessidade de mobilização por um pacto federativo justo também ganhou especial atenção nas apresentações.

### 4.414 PREFEITOS E AGENTES MUNICIPAIS DE 26 ESTADOS FORAM CAPACITADOS.

### 19 CIDADES PERCORRIDAS EM TODAS AS CINCO REGIÕES DO PAÍS.

O momento foi oportuno, também, para repassar orientações sobre uma gestão de qualidade nas principais áreas de atuação da administração municipal. Finanças, saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento social, trânsito, cultura, saneamento, tecnologia da inovação foram os temas abordados. Mais do que a capacitação dos novos gestores, o que se logrou foi a construção de um canal efetivo e cooperativo entre os Municípios brasileiros e sua representação nacional.





"O Paulo Ziulkoski deixou a gente em alerta com informações verdadeiras e respaldadas. Tive certeza de quanta responsabilidade terei a partir do dia 1º de Janeiro."

Prefeita eleita de Arvoredo (SC), Janete Bianchin.



"O Novos Gestores é uma oportunidade de nós reeleitos consertarmos os erros cometidos. Em quatro anos tudo mudou e o curso nos atualiza, como, por exemplo, a prestação de contas e o desafio para conseguir arcar com os pisos salariais que vêm por aí."

Prefeito reeleito de Trairão (PA), Danilo de Miranda.

A resposta aos esforços da CNM foi a plena satisfação de seus participantes. Os novos gestores responderam bem ao evento, participando, tirando dúvidas e apresentando demandas a serem trabalhadas em conjunto ao longo de todo o mandato. Os três meses de evento foram avaliados como um sucesso pela entidade e pelos novos prefeitos e prefeitas.



"Precisamos de qualificação nos pequenos Municípios, e o encontro dos Novos Gestores tem imensurável importância, principalmente para quem não possui experiência. O presidente Ziulkoski tem mostrado a realidade e as saídas de como devemos conduzir as prefeituras."

Prefeito de Ibicui (BA), Cláudio Dourado.



"O encontro é excelente. Os alertas aos novos prefeitos são bons para que eles saibam o que pode ou não, assim agimos com responsabilidade fiscal."

Prefeito eleito de Divinolândia (SP), Ismar de Oliveira.

## OFICINA TÉCNICA DE FINANÇAS

Com o objetivo de estabelecer canais de discussões sobre temas relativos à área Tributária e levar conhecimento aos Municípios neste setor, a CNM realizou, com o apoio das entidades municipalistas regionais e microrregionais, as *Oficinas Técnicas de Finanças e Tributos Municipais*.

Acreditando que as constantes demandas de atribuições para os Entes locais exigem níveis de orientação e de capacitação cada vez maiores aos agentes públicos, a CNM realizou 45 *Oficinas de Finanças*, percorrendo um total de 22 Estados da Federação com um envolvimento de quase 2.500 participantes.

Os eventos consistiram em reuniões de trabalho e discussões sobre temas relacionados à área Tributária considerados importantes pela CNM. Também auxiliaram no levantamento de temas relacionados às principais demandas dos Municípios nas áreas de receitas e tributos municipais. A CNM esclareceu uma série de dúvidas, incluindo as novas alternativas de incremento de receita de Imposto Sobre Serviço (ISS), o Simples Nacional e as alterações na Lei Complementar 116/2003 sobre o *leasing*, incremento de receita e imposto territorial rural.

Essas oficinas foram oportunidades de inteirar os Municípios sobre a atuação de seus representantes junto aos órgãos colegiados e de estreitar a relação entre as entidades parceiras, a fim de promover o desenvolvimento das administrações municipais, abrindo espaço para o diálogo e as manifestações.



Prezado(a) Senhor(a),

A Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006) passou por diversas alterações: a LC 127/2007, a LC 128/2008, a LC 133/2009 e a mais recente ocorrida em novembro do ano de 2011, com a LC 139 que alterou significativamente o Simples Nacional.

Em discussão na Secretaria Executiva do Comitê do Simples Nacional, está a proposta de mais uma alteração e os Municípios precisam estar atentos ao que se pretende modificar, uma vez que pode contrariar os interesses dos entes locais.

Desta forma, com o objetivo de ampliar o debate, além de contribuir e posicionar os técnicos da CNM que representam os Municípios no Comitê, apresentamos a proposta para análise e sugestões de modificação, retirada, inclusão e/ou mesmo melhoria dos textos.

Clique aqui e conheça a proposta.

Sua contribuição pode ser encaminhada ao e-mail:  
financas@cnm.org.br.

Contamos com sua participação!

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM



Amsop



Amucelleiro



Amerios



Amop

# Apoio Técnico e Atendimento ao Município

Em 2012, a CNM acompanhou debates nacionais de impacto nos Municípios, recebeu centenas de prefeitos na sede da entidade, ajudou a elaborar políticas e ações que visam a melhorar a vida da população brasileira.

Linhas diretas de comunicação presenciais ou por telefones e *e-mails* estão disponíveis para receber demandas, pedidos de informações e orientações dos Municípios. Tal contato não só auxiliou os Municípios, como também permitiu que a CNM estivesse sempre próxima aos Municípios e atualizada sobre suas dificuldades e soluções.

Dessa forma, a CNM constitui-se como uma parceira do Município em questões técnicas, ficando à disposição para qualquer esclarecimento. Os gestores municipais podem ligar a qualquer hora comercial e serem atendidos por um técnico especializado na área de interesse. Os atendimentos esclarecem, por exemplo, dúvidas sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as regras de contabilidade, o Fundeb, os convênios, as questões jurídicas, os programas sociais do governo federal e as soluções de governança eletrônica disponibilizadas pela CNM (como o Urbem, Portal Municipal e CidadeCompras).

## Em 2012, a CNM efetuou cerca de **15 mil atendimentos aos Municípios**

De forma ativa, a CNM também entra em contato com gestores e técnicos municipais. Em 2012, a CNM buscou uma intensificação da interlocução direta com o gestor local, telefonando para os Municípios, falando com o gestor municipal das diferentes pastas e entendendo, de forma mais específica, a realidade local e as demandas dos Municípios. Desse contato, são extraídas diversas informações que moldam o conteúdo que se vai ser trabalhado tecnicamente.

Esse contato direto é importante para a CNM se manter mais próxima dos gestores locais, sejam eles prefeitos, representantes políticos dos governos, sejam técnicos das administrações municipais. Essa relação diária faz que as informações sejam repassadas de forma mais efetiva e abre um canal de comunicação que ultrapassa os contatos em eventos ou de assuntos pontuais de atendimento.

No segundo semestre de 2012, a quantidade de contatos realizados pela CNM se aproximou da marca dos 1.000 contatos. Essa é uma iniciativa a ser aprimorada com maior objetividade da ligação, capacidade de agregar outros temas e o registro do contato no Município dentro da nova intranet.

As principais ações realizadas em cada uma dessas áreas técnicas da CNM, em 2012, serão brevemente descritas a seguir.

## AGRICULTURA

O setor agropecuário é de grande importância para os Municípios brasileiros, já que, em 85% deles, essa é a principal atividade econômica. Dentro dessa área, a CNM tem como prioridades: o apoio à ampliação dessas atividades e, consequentemente, das receitas municipais; o fortalecimento da capacidade local de promoção e fiscalização; a articulação política no âmbito federal, seja na defesa dos interesses municipalistas no Congresso ou mesmo na construção de melhorias dos programas ministeriais.

A CNM tem sido uma colaboradora importante para a construção de políticas de apoio à instalação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) a produtos de origem animal e à integração do Município no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Essas ações são necessárias para que os produtos de origem animal produzido em um Município possa ser comercializado fora do seu território, o que incentiva o aumento da produtividade. Ademais, a CNM participou de reuniões com o Ministério da Integração Nacional, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em 2012, a CNM ampliou sua participação nos fóruns de discussão da política agrícola no país com o intuito de ajustar políticas de acordo com o interesse municipal. Participou, assim, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf) e os Comitês, Câmaras Temáticas e Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Turismo (Mapa). A articulação também foi reforçada na Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado Federal. Ademais, a CNM participou de reuniões com o Ministério da Integração Nacional, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As reivindicações e as sugestões de pautas feitas pela CNM têm tido uma alta receptividade na definição de políticas relacionadas ao setor. Uma das conquistas da CNM foi a doação pelo governo federal de uma retroescavadeira (que foi perdido por meio de uma carta do presidente Paulo Zulkoski) e de uma moto niveladora para todos os Municípios do País com menos de 50 mil habitantes.

A CNM também conseguiu a ampliação do Programa Garantia-Safra para todo o País, e não somente para a área da Sudene, como apresentada pelo governo federal. Esse é um programa voltado para os agricultores familiares que sofreram perdas por causa da seca ou do excesso das chuvas. Esse benefício foi requerido pela CNM após o período de seca de 2011-2012.

A liberação de recursos a fundo perdido para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de agricultores é uma luta antiga da entidade. Na maioria das vezes, os Municípios têm arcado com essa assistência sem qualquer colaboração do governo estadual ou federal.

No campo da inovação, duas ações podem ser destacadas. O convênio com o Instituto Deula promove estágios de jovens brasileiros na área de agricultura e pecuária na Alemanha. A CNM ainda apoia o projeto Energias Renováveis Alternativas (ERA), uma parceria com a Comunidade Europeia e o Instituto Brasil.

## ATUARIAL

A CNM realiza cálculo atuarial para a criação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para todos os Municípios filiados. Em 2012, 2.268 Municípios tinham Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Brasil, sendo que 288 deles estão com o RPPS em processo de extinção.

<b>CÁLCULOS ATUARIAIS CONCLUÍDOS MÊS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2012</b>		
Nº	TOTAL DE MUNICÍPIOS	CONCLUÍDOS
1	PLANILHAS ENVIADAS	612
2	DADOS RECEBIDOS	362
3	DADOS ANALISADOS	362
4	CÁLCULOS CONCLUÍDOS	321
5	DRAAS PREENCHIDOS	123
6	CRP'S EMITIDOS	219

Em 2012, a CNM enviou para 612 Municípios planilha para coleta dos dados cadastrais dos servidores efetivos. Dentre eles, apenas 362 preencheram as informações de modo a permitir a análise da CNM. Após a validação e a crítica, concluíram-se os cálculos em 321 deles. Quanto ao Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (Draa)], a CNM preencheu formulários de 123 Municípios e emitiu o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para 219.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) representa uma economia média de 45% (quarenta e cinco por cento) em relação à despesa que o Município efetua para a manutenção dos benefícios dos servidores públicos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Isto se dá em razão de a contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ser de **22% (vinte e dois por cento)**, enquanto, no RPPS, a contribuição média é estabelecida no mínimo legal de 11% (onze por cento). A média das alíquotas apuradas nas avaliações atuariais de 2012 foram de **14,86% (quatorze vírgula oitenta e seis por cento)**.

A Emenda Constitucional 41/2003 alterou o § 1º do art. 149 da Constituição Federal, determinando que a contribuição dos servidores municipais e estaduais para a manutenção do RPPS deva ser, no mínimo, igual à contribuição dos servidores da União, definida em 11% (onze por cento) no art. 4º da Lei 10.887/2004. A lei regulamentadora deu nova redação ao art. 2º da Lei 9.717/1997, disciplinando que a contribuição patronal não poderá ser inferior à contribuição do servidor nem superior ao dobro dela.

Assim, o custo total do RPPS é, em média, de 26%, enquanto que no RGPS essa alíquota representa apenas a contribuição patronal, sendo a contribuição do servidor variável de acordo com a sua remuneração, conforme se verifica da planilha abaixo:

Até R\$ 1.040,22 <b>8%</b>	R\$ 1.040,23 a R\$ 1.733,70 <b>9%</b>	R\$ 1.733,71 até R\$ 3.467,40 <b>11%</b>
-------------------------------	------------------------------------------	---------------------------------------------

## CONTABILIDADE

Em 2012, a CNM aproximou-se dos problemas enfrentados pelos contadores municipais e promoveu a capacitação dos gestores. A terceirização do serviço de contabilidade em muitos Municípios gera falta de corpo qualificado na área contábil e falta de continuidade no serviço.

Devido à portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a contabilidade nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) tem de ser adequada a novos padrões baseados no sistema internacional. A CNM sabe da dificuldade dos Municípios de implantar essa adequação. Nesse sentido, a Confederação conseguiu o adiamento da obrigatoriedade da implantação desses padrões pelos Municípios de 2013 para 2014. Enquanto isso, auxilia os gestores municipais nesse processo, monitorando as ações do processo de convergência dos padrões internacionais e divulgando aos contadores municipais, por meio de notas técnicas, resenhas e notícias disponíveis no *site* da CNM.

Durante a *XV Marcha*, a entidade promoveu o *III Fórum de Contabilidade*. Esse espaço favoreceu essa troca de conhecimento sobre o processo de convergência para a nova contabilidade, procedimentos, padrões e normas relacionados às resoluções da contabilidade internacional. Ao longo do ano, destaque ainda foi dado para as atividades relativas ao fim de mandato. O seminário *Novos Gestores*, organizado pela CNM, ampliou essa discussão sobre a contabilidade pública em todas as regiões do País.

Além dos atendimentos por telefone e *e-mail*, a CNM aprimorou suas ferramentas de contato com os técnicos municipais de contabilidade. O *Fórum dos Contadores*, por exemplo, ganhou novos instrumentos disponibilizados na Rede Social de Municípios (RSM). Nesse espaço, a CNM debateu questões importantes, coletou informações dos técnicos e respondeu a dúvidas de forma interativa.

Para acompanhamento das discussões e defesa dos interesses municipais, a CNM continuou participando de grupos de trabalho da Secretaria do Tesouro Nacional, os quais: Grupo Técnico de Padronização de Procedimento Contábeis (GT-CON), Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (Gtrel), Grupo Técnico de Sistematização (Gtsis) e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp).



## CULTURA

Os gestores municipais brasileiros enfrentam uma série de barreiras para a promoção da cultura em seus territórios, como: a escassez de recursos de fomento à cultura direcionados para os Municípios, a necessidade de maior capacitação para o desenvolvimento de iniciativas culturais e as dificuldades nos trâmites de projetos e para o acesso de recursos oriundos dos governos federal e estadual.

Em 2012, a CNM buscou construir um maior diálogo com os gestores referentes à importância da cultura como fator agregador em áreas como educação, segurança pública e saúde. A entidade aumentou seu acompanhamento e divulgação do que vem sendo construído nas prefeituras, por meio de diálogo *in loco* com os gestores municipais e a produção de matérias técnicas.

A criação das áreas de Gestão da Cultura nos Municípios tem gerado muitas dúvidas dos gestores. Em resposta a essa demanda, a CNM tenta compreender as realidades locais e orientar nas diferentes etapas de implantação da área. O primeiro alerta é a não obrigatoriedade da adesão a nenhum dos programas federais na área da cultura, devendo sempre observar a legislação municipal, estadual e federal.

A CNM também atuou em foros importantes de discussão sobre a cultura, presidindo a Comissão Nacional de Acompanhamento e Implantação do Sistema Nacional de Cultura e o Grupo de Trabalho do Plano Plurianual de Distribuição de Recursos para a Cultura Nacional. Dessa forma, a CNM obtém uma maior articulação junto ao Conselho Nacional de Política Cultural.



## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A CNM entende desenvolvimento social abrangendo diversas temáticas, as quais: assistência social, criança e adolescente, idosos, igualdade racial e políticas de gênero. A partir de julho de 2012, a entidade começou a desenvolver atividades nessas áreas, especialmente em termos de atendimento. Uma série de trabalhos sobre a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), que é a diretriz do Sistema Único de Assistência Social (Suas), foram desenvolvidos no sentido de orientar os gestores municipais.

O maior resultado é a expansão da sua produção técnica sobre a questão do desenvolvimento social. Em 2012, foram elaboradas 4 notas técnicas. Uma delas sobre as inovações nas regras referentes aos Conselhos Tutelares. Outras três focaram na gestão do Suas, cada uma abrangendo um nível específico de gestão: inicial, básica e plena.

Os contatos com as secretarias municipais também foram ampliados. Essa relação ativa começa a ser reforçada na Rede Social Municipalista (RSM). Por meio da publicação de matérias e notas técnicas, a CNM manteve os secretários e os técnicos das prefeituras informados do que ocorria nas instâncias de controle social (ou seja, os conselhos fiscalizando orçamento e aplicação da verba). Tais ações favoreceram um alcance maior das áreas de desenvolvimento social nos Municípios.

A referência técnica da CNM na área social começa nos Municípios, chegando no governo federal. Nesse sentido, a CNM consolidou e replicou boas práticas municipais na área da assistência. De forma crítica, analisou os editais lançados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), observando as contrapartidas municipais exigidas e esclarecendo dúvidas. Uma leitura comparativa pode ser construída entre o que foi lançado pelo MDS e a realidade municipal.

A principal mensagem deixada é a importância da transversalidade da política social em suas atividades, incentivando a otimização de recursos financeiros e humanos na implantação da política social no território.



## EDUCAÇÃO

Em 2012, as preocupações dos gestores municipais na área de educação estavam especialmente relacionadas ao reajuste do piso do magistério. As dificuldades financeiras enfrentadas para pagar esses profissionais, gerando o comprometimento de mais de 60% do orçamento da educação com a folha de pagamento, são uma das principais atenções. Além disso, há fortes reclamações sobre o elevado custo gerado pelos programas federais e estaduais, sobretudo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate).

A CNM realizou uma série de atividades na área de educação. Um banco de dados com as principais informações da educação foi elaborado com um panorama de cada Município. A fim de atender às demandas municipais, a entidade publicou em seu *site* matérias, notas técnicas e informativos sobre questões como: Fundeb, piso salarial e prestação de contas. Uma cartilha específica foi elaborada para atender às principais dúvidas e solicitações dos gestores municipais sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A entidade também realizou levantamentos e pesquisas sobre o impacto do reajuste do piso salarial do magistério e de outras políticas e programas do governo federal. O presidente Paulo Ziulkoski sempre enfatiza que, sem a efetiva participação da União, os Municípios, mesmo com um grande esforço, não conseguirão assegurar o cumprimento da Lei do piso.

A persistência na luta pela aprovação do PL 3.776/2008, que altera o critério de atualização do piso do magistério pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), é uma reivindicação antiga da entidade que permite que os gestores municipais possam cumprir com o valor imposto.

Este contexto exigiu maior articulação política com outras entidades na área de educação, a fim de solucionar questionamentos, fornecer informações e responder a solicitações dos Municípios.



## FINANÇAS

Nas temáticas de Finanças e Receitas Municipais, a CNM atua com a missão de desenvolver ações que melhorem a gestão, em especial, aquelas voltadas à arrecadação e à tributação. O foco em 2012 foi fidelizar os secretários de Finanças/Fazenda, tesoureiros, contadores e fiscais (auditores, agentes tributários). Esse trabalho é essencial para o reconhecimento da entidade como fonte segura, rápida e atualizada sobre assuntos referentes a finanças.

A atuação em 36 grupos de trabalho, como representante dos Municípios no governo federal, foi acompanhada da realização de 45 oficinas de trabalho em 2012 em todo o Brasil. Ao mesmo tempo em que se introduz o papel da entidade como representante nacional, é necessário fortalecer o posicionamento dos técnicos municipais para a defesa de seus interesses.

Cerca de 2.300 servidores foram informados sobre alternativas para incrementar a receita municipal. O primeiro tema de cada oficina foram os *royalties* – uma explanação política para inflamá-los a também vestirem essa camisa. Outros temas também foram abordados, como a importância da atuação no Simples Nacional, demonstrando como a fiscalização possibilita aumento de receita e melhoria do cadastro municipal. Sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS), destacamos os ganhos já obtidos pelas mudanças na legislação inseridas pela CNM e outras transformações importantes, como o ISS de cartórios e de cartões de crédito. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), mais uma conquista da CNM, também foi um dos pontos abordados. O Estoque da Dívida Ativa foi abordado junto a alternativas para a cobrança como pagamento com cartão de crédito, Serasa/SPC etc.

Todas essas informações e orientações estão nos estudos e nas propostas publicadas pela CNM, incentivando a maior leitura dos materiais pelos participantes. Essa atuação da CNM em finanças foi dividida em 3 eixos estratégicos:

### **Eixo 1: Articulação no Congresso**

No Congresso, a CNM acompanhou a tramitação de Projetos relevantes, participando de audiências públicas, produzindo análises técnicas e propondo emendas aos parlamentares. Entre as comissões, destaque para as atividades na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Entre os temas analisados para a elaboração de Projetos de Lei, destacam-se: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) (Marco regulatório); Reforma Tributária; Alterações na Lei Complementar 116/2003 – *leasing*; Imposto Territorial Rural (ITR); e Serasa/SPC (inclusão em cadastro dos devedores).

Outros temas também foram objetos de estudos, como: ISS de postes – Mudança na legislação; ISS de empresas de compra coletiva pela internet; Cartões de Crédito; Isenções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI); ISS de Cartórios; ITR por homologação e Súmula Vinculante 30.

### **Eixo 2: Fortalecimento da Aproximação da CNM com os Municípios nas áreas de finanças por meio de produções**

A CNM produziu materiais de orientação aos Municípios, entre eles:

- notas técnicas sobre desbloqueio de recurso (FPM), fiscalização e cobrança do ITR, alteração e baixa do MEI e outros temas; guias passo a passo sobre o ITR, Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI); matérias publica-

das no *site* sobre: reuniões de grupos de trabalho, com o objetivo de informar aos nossos representados acerca do resultado das discussões; audiências no Congresso, com destaque aos benefícios ou prejuízos do projeto acompanhado; boletins sobre: boas práticas na modernização da arrecadação; ações para incremento da arrecadação; simplificação de procedimentos; ações de fiscalização na gestão pública; nota fiscal eletrônica; micro e pequenos negócios e a economia dos Municípios; Serasa/SPC – prática de algum Município. Formas de divulgar o projeto; práticas de sucesso que aumentaram a sua arrecadação, como o caso do Município de Tarumã/SP, que apresentou projeto de ISS de cartões; cartilhas sobre o Simples Nacional – Guia Prático; MEI; ITR; Execução Fiscal; ISS de cartões.

- 1º Caderno de Finanças Públicas;
- Outros temas: e-processos, cartões de crédito, Dívida Ativa etc.

A CNM teve, ainda, uma grande demanda de ligações e *e-mails* sobre repasses como: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Depósitos Judiciais, Classificação por estimativa, Contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide), Imposto Territorial Rural (ITR), Fundo de Fomento à Exportação (FEX), *royalties*, entre outros. A proposta é alimentar continuamente o *site* da CNM, com a atualização, inclusive de resultados de enquetes.

### **Eixo 3: Articulação nos Grupos**

A CNM fortaleceu sua representação em 36 Grupos de Trabalho. Durante 2012, sugerimos novos representantes para Comitês e Grupos de trabalho. O objetivo foi possibilitar que os Municípios procurassem a entidade para tratar de assuntos abrangidos pelos grupos. A CNM também participou do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



## HABITAÇÃO

Em 2012, a CNM buscou o acompanhamento e o desenvolvimento de pesquisa relacionada às políticas de habitação destinadas à provisão de habitação de interesse social.

### Três Linhas de Atuação

- a. mapeamento, caracterização e dispositivos obrigatórios dos programas habitacionais que recebem recursos advindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para Municípios de até cinquenta mil habitantes;
- b. Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV-2) para Municípios com população de até cinquenta mil habitantes; e
- c. orientações e levantamento das obrigatoriedades dos Municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Em síntese, a CNM consolidou a base de dados sobre habitação nos Municípios e mapeou as irregularidades no SNHIS; contactou as áreas de desenvolvimento urbano nos Municípios em situação irregular; atendeu aos Municípios, esclarecendo dúvidas sobre o SNHIS; mobilizou os gestores municipais para o processo de revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, por meio do contato direto com Municípios-chave; e desenvolveu notas técnicas e pesquisas relativas ao SNHIS.

Além disso, a CNM desenvolveu atividades relacionadas ao SNHIS e ao PMCMV-2, por meio de análises de projetos de lei (PLs) e propostas de emenda à Constituição (PECs), divulgação de informes, notas técnicas, notícias, participação em conselhos e comissões.

A CNM foi conselheira e ouvinte no Grupo de Trabalho de Habitação do Conselho das Cidades/Ministério das Cidades. Este aprova e orienta as diretrizes relacionadas ao sistema nacional de habitação de interesse social, além de orientar as diretrizes de políticas urbanas. Também participou da área na Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os assuntos e as ações principais na área de habitação acompanhados pela CNM foram: Estatuto da Cidade; Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; Regularização Fundiária de Áreas Urbanas; Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; e Revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

## JURÍDICO

A CNM apoia tecnicamente os Municípios, os agentes públicos em geral e os parceiros da CNM, tais como associações de Municípios ou consórcios, em questões jurídicas nas diversas áreas de atuação do Ente local, tais como: gestão de pessoal; tributos; planejamento; licitações; previdência; prestações de contas; responsabilidade fiscal; dentre outras.

Para tanto, desenvolveu uma série de atividades e mecanismos de informação. Elaborou pareceres que atendem ao interesse de todos os Municípios, incluindo sobre a legalidade da contribuição sindical dos servidores públicos estatutários municipais e sobre o programa sorteio da Controladoria-Geral da União. Também orientou os Municípios por meio de notas técnicas acerca do Parcelamento de Débitos Previdenciários dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tendo como referência a Medida Provisória 589, de 13 de novembro de 2012, o DOU de 14/11/2012.

A entidade analisou e disponibilizou informações sobre as Prestações de Contas de recursos federais via SiGPC, por meio da análise da Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei 201/1967, a Resolução FNDE 38/2009, a Resolução FNDE 2/2012 e a Resolução FNDE 43/2012 e sobre a Lei do Piso Salarial do Magistério Público, com base na Constituição Federal de 1988, na Lei 11.738/2008, na EC 53/2007, na Lei Complementar 101/2000 e no Decreto 1.232/1994.

As orientações também foram realizadas por meio de notícias no portal da CNM, as quais incluíram temas como: os juros de precatórios, a transição de governo, os conflitos federativos, a regulamentação da Medida Provisória 589.

A entidade encaminhou, ainda, peças por escrito (informações) mediante solicitação formal do prefeito, realizados atendimentos sobre questões jurídicas por telefone ou *e-mail*, a partir de demandas locais. Além disso, a CNM participou em reuniões externas, manteve contato com secretários de administração e/ou procuradores de Município.

No período entre julho e dezembro de 2012, foram realizados os seguintes procedimentos:

Notícias publicadas	25
Pesquisas realizadas	4
Análises técnicas	67
Participação: reuniões/eventos/grupos	26
Rede de relacionamento	192
Resenha técnica	7
Informações	14
Atendimentos (Municípios)	510
Notas técnicas/pareceres/ofícios/decretos	64

Além disso, importa referir a atuação da CNM como *amicus curiae* (Amigo da Corte), que é o instituto da intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos, atuam apenas como interessados na causa.

A CNM, em análise aos processos em trâmite nos Tribunais Superiores do Brasil (STF e STJ), percebeu, naqueles de relevância temática aos interesses municipalistas, a necessidade de se manifestar também nos autos como interveniente assistencial da corte referente às questões técnicas neles levantadas.

Em 2012, a CNM requereu a intervenção como *amicus curiae* nos processos abaixo assinalados:

- STF – ADI 4.389: Tributária – ISS x ICMS. Atividades gráficas em embalagens;
- STF – ADI 4.413: Tributária ISS e ICMS – atividades gráficas de forma geral;
- STF – ADI 4.558: Administrativo/Constitucional. Precatórios em Resolução do CNJ;
- STF – REsp. 1126515: Tributário: Protesto de CDA;
- STF – REsp. 1201993: Tributário/Empresarial. Responsabilidade tributária do sócio-gerente;
- STF – Resp. 1220319: Tributário: prescrição intercorrente;
- STF – RE 605552: Tributário – ISS x ICMS – Serviços Farmacêuticos;
- STF – RE 602347: Tributário – Alíquota mínima de IPTU;
- STF – RE 603136: Tributário – ISS de Franquias;
- STF – RE 638195: Administrativo – Correção monetária em RPV;
- STF – RE 607420: Tributário – Procedimentos Fiscais, Cadastro de Inadimplentes (Cadin).

As Cortes Superiores deferiram a maioria dos pedidos de intervenção por entenderem que a CNM possui, no caso concreto, *expertise* para a exposição técnica dos assuntos tratados e capacidade representativa para defender os interesses dos Municípios.

Outra atuação da CNM no ano de 2012 foi em relação à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que instituiu um novo regime de gerenciamento, divulgação e acesso às informações públicas no Brasil.

Ela estabeleceu um conjunto de regras que norteiam o tratamento, a guarda e a classificação das informações pessoais e sob sigilo e determinou o livre acesso a todas as informações não classificadas como tal. Dessa forma, possibilitou ao cidadão em geral o conhecimento pleno das práticas administrativas nas entidades públicas dos três poderes, de todos os níveis de governo, assim como em todos os órgãos de controle e ainda nas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente por qualquer Ente da Federação.

Em 2012, a CNM trabalhou, então, no sentido de disponibilizar as normas legais relacionadas à lei de acesso, além de oferecer aos Municípios sugestão de Modelos de projeto de lei municipal, de requerimento de informações pelo cidadão e de recursos para casos de negativa. Foram disponibilizados também estudos elaborados pela entidade sobre a Lei 12.527/2011.



## MEIO AMBIENTE

A Confederação Nacional de Municípios visa a orientar os Municípios associados à entidade nas suas ações de meio ambiente, principalmente no que se refere à descentralização da gestão ambiental, ao licenciamento de seus empreendimentos e à imposição de sua competência legal.

A CNM tem orientado e alertado os Municípios quanto às obrigatoriedades trazidas nos instrumentos legais abaixo:

- a. Política Nacional de Saneamento (Lei Federal 11.445/2007), a qual estabelece a obrigatoriedade de os Municípios elaborarem até o exercício orçamentário de 2014 o Plano Municipal de Saneamento;
- b. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), a qual estabelece a obrigatoriedade de os Municípios elaborarem, até agosto de 2012, o Plano Municipal de Resíduos sólidos e até agosto de 2014 encerrarem todos os vazadouros de resíduos a céu aberto (lixões);
- c. Política Nacional sobre Florestas, também conhecido como Novo Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012), a qual traz aos Municípios uma série de desafios, em especial sua participação na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que está por ser regulamentado em maio de 2013 através de ato do Ministério do Meio Ambiente;
- d. Aprovação da Lei Complementar 140/2011, a qual garantiu aos Municípios autonomia da gestão ambiental sobre as atividades de impacto local, apesar de já estar prevista na CF/1988 e na resolução do Conama – Resolução 237/1997.

A CNM publicou matérias em seu *site* e elaborou resenhas, informativos e notas técnicas sobre os assuntos acima citados, bem como resultados de julgamentos de ações judiciais que envolvem os Municípios, sua autonomia e consequências administrativas.

Realizou pesquisa sobre os planos de saneamento e os planos de resíduos sólidos e sobre o número de termos de ajustamento de conduta assinados por Municípios junto ao Ministério Público Federal e Estadual e suas eventuais consequências. Quando solicitado, também orientou os administradores municipais, além de ter elaborado a cartilha de Meio Ambiente para os novos gestores (2013-2016), a qual faz parte da coletânea da entidade.

Acompanhou, ainda, projetos de leis em estudo ou votação nas casas legislativas federais/estaduais e as publicações e deliberações de normativas, portarias ou resoluções de colegiados. A CNM acompanhou o PLS 293/2012, que dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no país. A CNM pediu que fosse respeitada e garantida a autonomia dos Municípios, não retirando sua competência em expedir licenças; que o PLS preveja que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) preste auxílio aos Municípios na fiscalização das antenas instaladas, conferindo se estão sendo cumpridas as exigências legais quanto à potência e à segurança à saúde; e que as empresas de telefonia passem a compartilhar a mesma estrutura de instalação de antenas evitando que nossos Municípios se tornem um “paliteiro”, interferindo no meio ambiente e na paisagem urbana.

A CNM manifestou-se, também, contra o Veto 16/2012 (MSG 212/2012), especificamente em relação aos §§ 7º e 8º do art. 4º, que permitem que a definição da largura da faixa de passagem de inundação, em áreas urbanas e regiões metropolitanas, bem como as áreas de preservação permanente, sejam estabelecidas pelos planos diretores e leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

A derrubada do veto justifica-se, pois são áreas de preservação permanente em meio urbano, sendo de interesse precípua dos Municípios. Com o veto, os Municípios ficam sem a possibilidade de definir novas normas específicas. Ademais, ressalta-se que a Lei 12.651/2012 e a conversão da MP 571/2012, Lei 12.727/2012, abstiveram-se de tratar sobre APPs em áreas urbanas, lacuna que poderá causar enormes problemas no âmbito local.

Ademais, a CNM encaminhou ofício à Presidência da República requerendo a alteração do prazo constante da Lei 12.305/2010, através de Medida Provisória, já que a maioria dos Municípios não elaborou seus planos de resíduos sólidos. Participou, ainda, das reuniões do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), defendendo a autonomia do Ente municipal em diversos assuntos que são tratados em nível nacional.

## **SAÚDE**

Em 2012, foi especialmente importante a Emenda Constitucional 29/2000, que teve sua regularização por intermédio da Lei Complementar 141/2012, a qual estabeleceu os percentuais de financiamento para a saúde dos Entes federados. Mesmo diante da luta da CNM juntamente com os Municípios, com o objetivo de estabelecer um percentual também de financiamento da saúde para a União, essa lei complementar manteve a aplicação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB), diminuindo o repasse da União.

A entidade verificou que as principais demandas dos Municípios na área de saúde estão relacionadas à prestação de contas, ao Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (Coap), aos programas do governo federal e à gestão da saúde.

A CNM alertou os Municípios para que não assinassem o Coap, já que as responsabilidades e as obrigações financeiras, bem como a gestão das metas estabelecidas no contrato, não estabelecia claramente as responsabilidades dos Estados e da União. Isso poderia ter sobrecarregado financeiramente os Municípios.

A entidade também tem participado desde 2012 na elaboração do projeto Enades (Estratégia Nacional de Defesa da Saúde), que está sendo construído pela CNM, pelo Conselho do Ministério Público Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça. Um dos objetivos do projeto é reduzir a quantidade de demanda judicial na saúde, estabelecendo responsabilidades específicas para cada Ente da Federação, de acordo com a complexidade do atendimento.

Também trabalhou para que os pisos salariais na área de saúde não fossem aprovados, pois, se aprovados, trarão desequilíbrios nas contas municipais e poderão criar distorções salariais entre os diversos cargos da prefeitura. A CNM ressaltou que a grande maioria dos Municípios brasileiros não tem condições atualmente de arcar com tais pisos. Além disso, a entidade analisou 57 proposições de saúde, sendo essas tanto Projetos de Lei (PL) e Projetos de Lei do Senado (PLS).

## TRÂNSITO

Os marcos regulatórios do Trânsito e Mobilidade trouxeram obrigações novas aos Municípios. O foco das atenções é a relevante missão de planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano, prestar (direta, indiretamente ou por gestão associada) os serviços de transporte público coletivo urbano de caráter essencial e capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana em seus territórios.

O Código de Trânsito Brasileiro determina que todos os Municípios devam estar integrados ao Sistema Nacional de Trânsito. Para tanto, precisam comprovar a realização de alguns serviços, por exemplo: ter um órgão executivo de trânsito, assumir a fiscalização de trânsito e realizar programas educativos e de engenharia de tráfego. Ademais, a implantação dos planos municipais de mobilidade são obrigatórios para os Municípios com mais de 20 mil habitantes.

A CNM tem orientado os Municípios sobre questões do trânsito e mobilidade, considerando a necessidade e o interesse demonstrados pelos gestores locais. A entidade desenvolveu esses temas em quase todos os encontros de *Novos Gestores*, difundindo a função do Município no Sistema Nacional de Trânsito.

A Confederação participou no Comitê de Mobilidade e Trânsito e na Comissão de Moradia do Conselho Nacional das Cidades, além de integrar a coordenação-executiva da 5ª *Conferência Nacional das Cidades*. Dessa forma, levantou as perspectivas dos Municípios sobre as questões de planejamento urbano, mobilidade e acessibilidade nesses espaços.

A CNM também tem informado os gestores municipais sobre esses assuntos por meio de notícias e material informativo em seu *website*. Em 2012, a CNM publicou informativo tratando da função do Município no Sistema Nacional de Trânsito, estudo mapeando as mortes no trânsito no Brasil, de 2000 a 2010, e notas técnicas sobre “Multas de trânsito: transparência na aplicação de receitas” e “Novas regras para controle de velocidade nas vias públicas”.

Para subsidiar os Municípios na organização de suas conferências locais de cidades, a CNM contribuiu para a organização de uma cartilha contendo o passo a passo da promoção do evento e textos auxiliares. A entidade participou também de eventos, como o Fórum sobre Segurança de Motociclistas, que tratou da questão dos serviços de motofrete e mototáxi.



Marcelo Camargo/ABr



## TURISMO

A CNM destaca a importância do turismo por sua capacidade de atrair investimentos e gerar a valorização da autoestima da comunidade local. Em 2012, a entidade buscou fomentar parcerias e a articulação com o *trade* (cadeia produtiva) do turismo e apoiar políticas de apoio à construção de infraestrutura, além de levar informações aos gestores municipais.

A entidade esteve presente em eventos, como a Feira e o Congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) e o Festival de Turismo de Gramado. Também aproximou-se de organizações atuantes na área, as quais a Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur), a Associação Brasileira das Cidades Históricas (ABCH) e a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM).

Com a Anseditur, a CNM assinou um termo de cooperação visando ao fortalecimento dessa associação, que apoia 65 capitais e destinos indutores e suas regiões de influência. Tal parceria permitirá que a Confederação estreite laços com esses Municípios e facilite a realização de capacitação e a promoção do desenvolvimento nessas áreas.

A CNM também orientou os gestores municipais sobre a implantação de políticas de turismo, a criação de estruturas turísticas, a associação com Municípios vizinhos para o desenvolvimento de atividades em conjunto e perspectivas de arrecadação de recursos.

Ademais, a entidade participou de reuniões do Conselho Nacional de Turismo e suas Câmaras Temáticas e da comissão de Turismo da Câmara e Senado Federal, contribuindo com a visão dos Municípios na formulação de políticas do setor.



# Pesquisas e Estudos Técnicos

As pesquisas são instrumentos essenciais para o mandato da CNM, porque dão respaldo ao conhecimento da entidade sobre a realidade local, possibilitando o desenvolvimento de soluções de políticas públicas. Ao mesmo tempo, ela fornece as informações que a CNM adota em seus discursos e embates políticos.

As pesquisas sempre trazem dados inéditos para a entidade, que nenhuma outra organização possui. Essa exclusividade da informação dá condições para que a CNM enfrente as outras esferas de governo, principalmente, nas questões federativas que envolvem aumento de gastos para os Municípios ou diminuição de repasses da União e dos Estados.

Os dados são provas irrefutáveis das políticas federais que aumentam as responsabilidades dos Municípios ou comprometem seus orçamentos, com subfinanciamento de recursos ou diminuição de repasses decorrente de isenções de tributos compartilhados. Em 2012, destacam-se os levantamentos sobre o impacto dos pisos salariais nos cofres municipais e os ganhos dos Municípios com a aprovação da Lei dos *Royalties*. A CNM comprovou, com base nos números, que nenhum Município tinha condição de suportar o aumento dos custos com o piso (principalmente pelo aumento dos gastos previdenciários). Da mesma forma, mostrou que pouquíssimos Municípios perderiam recursos com a distribuição mais justa dos recursos do petróleo.

Outras pesquisas relevantes realizadas pela CNM no ano passado envolveram o fim do mandato municipal, a Lei de Subsídios, o e-SIC, os Regimes Próprios de Previdência Social, a Reeleição de prefeitos, os Restos a Pagar, os pisos salariais de categorias, os Convênios e o endividamento previdenciário.

## 80.434 Municípios Pesquisados

Esse processo de levantamento e análise de dados envolveu, em cada pesquisa, mais de 60 pessoas diretamente. As atividades de pesquisa são diárias e abrangem desde a equipe que liga para os Municípios, até a área de estudos técnicos, os técnicos de área e a assessoria de comunicação.

Os Municípios são fundamentais no processo de pesquisa, já que é fonte de todas as informações sistematizadas pela CNM. As ligações constantes da CNM aos gestores locais realmente são exaustivas dentro do princípio de melhorar para o bom funcionamento do Município. O movimento municipalista precisa disso para as lutas que a CNM trava no Congresso e junto ao Executivo.

É com essas informações que conseguimos gerar conhecimento sobre a realidade local. As pesquisas, muitas vezes, dão origem às publicações da CNM, que serão apresentadas a seguir.

# Publicações

As publicações são formas mais completas de apresentar o conteúdo e o conhecimento sobre os Municípios. Nos últimos anos, a CNM tem se especializado em produzir materiais de qualidade, que falam de fato sobre a realidade local, sem teoria e conceitos distantes dos gestores municipais. O ano de 2012 foi especialmente rico na área de produção bibliográfica da entidade com o aumento da produção de livros, revistas, cartilhas, notas técnicas, estudos técnicos e informativos.

Produção de **22 livros**  
(incluindo 14 da Coletânea dos Novos Gestores)

Produção de **2 Revistas**

Produção de **5 cartilhas**

Produção de **6 informativos**

**16 Estudos Técnicos** publicados

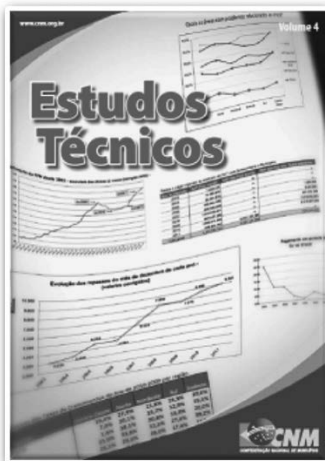
**25 Notas Técnicas** publicadas

## LIVROS

### **Manual de Desenvolvimento de Municípios (2ª Edição)**

Desenvolvido em parceria entre a CNM e o Sebrae, este manual orienta os gestores municipais na promoção do desenvolvimento econômico local por meio do apoio às micro e pequenas empresas. A publicação explica o que é microempreendedor individual, suas obrigações e as atribuições dos Municípios, além de discutir as compras públicas e o que deve ser regulamentado conforme a Lei Complementar 123/2006. Este manual também aborda a questão dos agentes de desenvolvimento, os quais têm a função de auxiliar na implementação e na continuidade dos programas contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.





### **Estudos Técnicos**

Em 2012, a CNM publicou o 4º volume de Estudos Técnicos, com 16 análises de temas importantes. Entre eles, destacam-se: a incidência da violência armada no Brasil, a visão dos Municípios brasileiros na questão do crack, a carga tributária bruta brasileira em 2010, os restos a pagar da União destinados aos Municípios, o Fundo de Participação dos Municípios em 2011, as metas do PNE para a educação e os impactos no seu financiamento.

### **O Poder Local na Construção de uma Nova Realidade**

A leitura deste livro esclarece a discriminação que o municipalismo brasileiro sofre e possibilita o entendimento das razões que levam os agentes políticos locais a viverem em romaria a Brasília. Para isso, são apresentados dez artigos, incluindo as seguintes temáticas: a XV Marcha; a pauta da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e o Federalismo Municipalista; a autonomia municipal; a concentração tributária da União e o financiamento das políticas públicas; e o papel do Município na formação de redes de gestão local para implementação de políticas públicas de proteção à infância e os conselhos de educação.

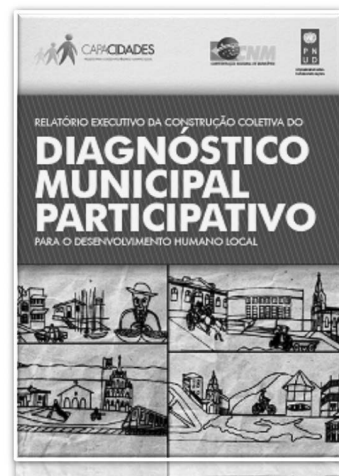


### **Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais**

Esta caderno apresenta o resultado da experiência do Projeto CapaCidades na formação em Monitoramento e Avaliação (MeA) participativo para ações municipais, de maneira a articular conceitos teóricos e práticos adaptados às suas diferentes realidades, geografias e prioridades. Os principais pontos abordados são a gestão integrada e o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação na forma de conceitos e como construir um plano participativo de monitoramento e avaliação.

### **Diagnóstico Municipal Participativo para o Desenvolvimento Humano Local**

Esta publicação é fruto de trabalho conjunto entre a CNM e o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), na experiência da construção coletiva e da implementação de metodologias com os quatro Municípios-piloto do Projeto CapaCidades. São aqui apresentadas as principais etapas do diagnóstico municipal participativo para o desenvolvimento humano local: leitura comunitária, leitura compartilhada e avaliação de capacidades e, ainda, os planos municipais de ações estratégicas (PAEs).





### Soluções Integradas

Esta publicação também resulta do Projeto CapaCidades. Tem como um de seus objetivos promover uma cultura favorável a políticas públicas integradas direcionadas ao desenvolvimento humano local. Apresenta a identificação e a análise de diferentes experiências brasileiras e internacionais discutidas com os Municípios-piloto como parte da metodologia de gestão integrada. O *Caderno I* traz o espaço físico como um elemento importante para a convergência de informações, de processos, já que permite a maior interação presencial. O *Caderno II* chama atenção para métodos e tecnologias de gestão da informação. O *Caderno III* é uma inspiração da Campanha “Mostre seu Valor”, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

### Seminário Nacional do Controle de Contas da União e os Municípios

A CNM espera que as informações transcritas nesta obra e os ensinamentos verbalizados pelos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) auxiliem a sanar as dúvidas que o(a) prefeito(a) e seus assessores têm para as práticas formais de último ano de mandato. Os principais temas abordados são: o TCU e suas funções constitucionais de fiscalização e controle; os cuidados a serem tomados pelos gestores municipais na aplicação de recursos federais; a fixação dos coeficientes do FPM; a fiscalização dos recursos federais nos Municípios, nas áreas da educação, saúde e assistência; o processo de tomada de contas especial; a importância do controle interno na administração municipal; e as precauções no último ano de mandato.

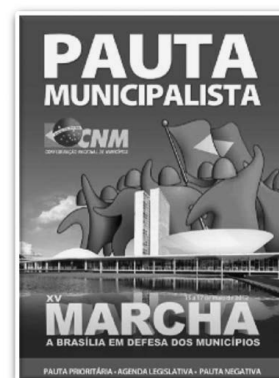


### Coletânea Gestão Pública Municipal – Gestão 2013-2016

A CNM desenvolveu uma coletânea formada por 14 livros com noções fundamentais e boas práticas na gestão pública nos seguintes temas: administração municipal, jurídico, finanças, contabilidade, educação, saúde, desenvolvimento social, meio ambiente, agricultura, cultura, turismo, trânsito, habitação, e gestão e tecnologia. O intuito dessas obras foi auxiliar os novos gestores no desempenho da função administrativa de forma eficiente, baseada em princípios de legalidade e ciente dos principais desafios a serem enfrentados nas diversas áreas da prefeitura. Essa coletânea foi entregue aos prefeitos eleitos para a gestão 2013-2016 ao final dos *Seminários Novos Gestores*.

### Pauta Municipalista

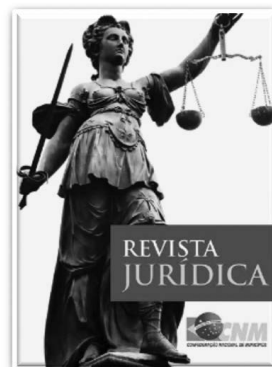
Programada para a XV *Marcha a Brasília*, essa cartilha apresenta a pauta prioritária da CNM, a agenda legislativa e a pauta negativa. As questões apresentadas incluem: a melhoria do salário pago nos Municípios, a estrutura de pisos salariais de categorias profissionais de várias áreas, o encontro de contas entre débitos e créditos dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social.



## REVISTAS

### Revista Jurídica

Este trabalho tem a finalidade de levar aos prefeitos municipais, vice-prefeitos, vereadores, procuradores dos nossos Municípios e servidores em geral posições defendidas pela CNM na atividade de salvaguarda dos interesses das municipalidades brasileiras. Os 11 artigos dessa revista abordam diversos temas, incluindo: os limites para atuação da Controladoria-Geral da União na fiscalização dos Municípios; a lei de acesso às informações públicas; a Emenda Constitucional 62/2009 e sua aplicabilidade; e o endividamento previdenciário dos Municípios.



### Revista CNM

Nesta revista, a CNM mostra o porquê se transformou na entidade com a maior capacidade de defender os interesses dos Municípios brasileiros. Traz informações sobre os avanços e as conquistas da entidade, a rede municipalista, o funcionamento da CNM, suas conexões internacionais, entre outros tópicos. Espera, assim, que o leitor encontre formas de se aliar a esse movimento a favor de uma sociedade mais justa, sustentável e solidária.

## CARTILHAS

### Contabilidade Pública Municipal

A CNM lembra aos atuais gestores a importância de preparar urgentemente a gestão pública municipal para adotar os novos procedimentos. É preciso ficar atento aos prazos estabelecidos, sob pena de as contas públicas municipais não serem aprovadas pelos órgãos de fiscalização.



### ICMS e Guerra Fiscal

O primeiro objetivo desta publicação é tentar traduzir em linguagem simples e exemplos práticos a tamanha complexidade que marca a legislação do imposto e alimenta a atual guerra fiscal. O que é o regime "origem-destino"? Quem ganha com ele? E como as alíquotas interestaduais são utilizadas pelos Estados para promover uma disputa em que todo o Brasil perde? São algumas das perguntas que a CNM procurou responder e esclarecer ao longo das 32 páginas.

### Observatório do Crack

Diante da necessidade de coleta de dados sobre como está a realidade nos Municípios brasileiros, a Confederação Nacional de Municípios apresentou um estudo com os problemas mais frequentes decorrentes do uso do crack enfrentados pelo gestor municipal. Também explora: o que é o crack, como é o uso da droga, as consequências da dependência nos Municípios brasileiros e a visão dos Municípios brasileiros sobre a droga.



## Observatório do Crack – Experiências Nacionais e Internacionais

Diante da necessidade de coleta de dados sobre como está a realidade nos Municípios brasileiros, a CNM apresentou um estudo com informações sobre o nível de consumo e a circulação do crack e os problemas enfrentados pelo gestor municipal em nível nacional, além do consumo e o tráfico de drogas no mundo.



### Fundo Público

Diante dessas exigências e da necessidade de esclarecer aos gestores municipais sobre a criação e a operacionalização dos fundos públicos em geral, e, em especial os fundos municipais de saúde e previdenciários, a CNM editou esta cartilha referente à operacionalização de fundo público meramente contábil ou financeiro, com vistas a dirimir definitivamente as dúvidas acerca do tema, tais como fundamentação legal, criação e características do fundo público municipal, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a operacionalização do fundo.



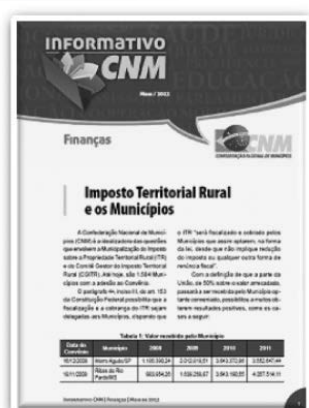
## INFORMATIVOS

### A Função do Município no Sistema Nacional de Trânsito

A CNM apresenta aos leitores a função do Município no Sistema Nacional de Trânsito, a estrutura de trânsito e as ações a serem desenvolvidas, a Junta Administrativa de Recursos de Infração (Jari), o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) e o roteiro de providências para integração do Município ao Sistema Nacional de Trânsito.

### O Que Muda na Prestação de Contas de Programas Federais de Educação

É apresentado aqui o que muda na prestação de contas de programas federais da educação e as principais questões levantadas com relação às temáticas: “Por que prestar contas de recursos recebidos?”, “Quais são as principais mudanças estabelecidas pela Resolução 2/2012?” e “Quais são os prazos para apresentar a prestação de contas?”.



### Imposto Territorial Rural e os Municípios

Esse informativo apresenta aos leitores a questão do imposto territorial rural para os Municípios, a tributação do ISS das administradoras de cartão de crédito, o Simples Nacional e o Microempreendedor Individual (MEI), as alterações da Lei Complementar 139/2011 e o convênio entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e os Municípios.



## Compensação Previdenciária entre os Regimes de Previdência Social

Neste informativo, a CNM apresenta aos leitores a compensação previdenciária entre os regimes de previdência social; o certificado de regularidade previdenciário (CRP) – que, vencido, bloqueia o repasse do recurso da compensação previdenciária –; os operadores do Comprev, os quais devem fazer cadastramento de acesso ao novo sistema; e o envio de documentos para Ministério da Previdência Social (MPS) e Instituto Nacional do Seguro Social.



## Reforma da Lei Rouanet e o Acesso a Recursos nos Municípios Brasileiros

A CNM apresenta, aqui, a reforma da Lei Rouanet destacando os principais pontos da reforma e explica o Sistema Nacional de Cultura e o acesso a recursos pelos Municípios brasileiros.



## O Sistema Único de Saúde

A CNM discute o Sistema Único de Saúde (SUS), a realidade atual do sistema de saúde e a organização regionalizada e hierárquica. Também apresenta o Decreto 7.508/2011 e as Novas responsabilidades e o contrato organizativo, a Lei Complementar 141/2012 – Regulamentação da Emenda 29 –, a fragmentação da Saúde e dos recursos federais e os pisos salariais para profissionais de saúde.

# COMUNICAÇÃO

O mercado exige cada vez mais peculiaridades e capacitações do ser humano, sendo a forma como nos comunicamos a ferramenta mais importante no processo de expansão das organizações em todo o mundo. Comunicar é algo simples, é pôr em comum. A dificuldade desse processo é ter eficácia da comunicação.

A comunicação externa é poderosa ferramenta para dialogar com a sociedade, dar satisfação de seus atos e conhecer expectativas. É um instrumento fundamental para construir e solidificar a imagem da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Uma política de comunicação externa clara e definida é reconhecida como fator estratégico para o sucesso.

É preciso haver a consciência de que a informação tem valor estratégico. A política de comunicação externa de uma instituição deve ser norteada por alguns princípios. O principal deles é a consciência do dever de informar à sociedade sobre suas atividades e exercer a transparência.

Comunicação eficaz é aquela que transforma e que muda a atitude das pessoas. Se a comunicação apenas muda as ideias das pessoas, mas não muda suas atitudes, então a comunicação não atingiu seu resultado. Ela não foi eficaz. A clareza e a certeza de que se foi entendido representam um dos pilares de um projeto bem-sucedido, e essa sempre foi uma das principais preocupações da Comunicação da CNM.

Ao mesmo tempo, os cidadãos brasileiros já despertaram para a importância da valorização dos Municípios e a necessidade urgente de que seja alcançada uma divisão mais justa do bolo que forma a arrecadação de impostos. Em valores que cheguem aos cofres das prefeituras para contribuir na construção de uma nova realidade. Mudar realidades através da discussão e da aprovação de um novo pacto federativo é o grande desafio a ser enfrentado.

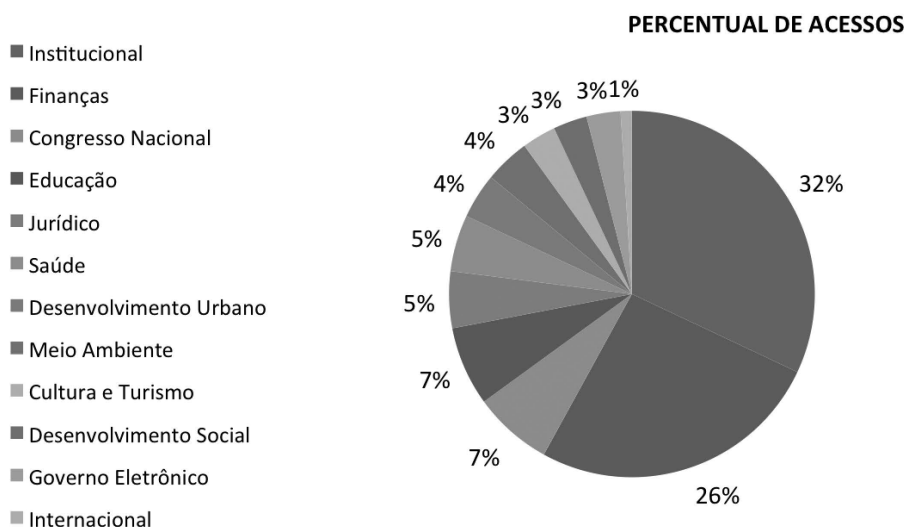
Esta ação de “despertar” está em curso há alguns anos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Movimento Municipalista têm alertado o País a respeito da crise enfrentada pela grande maioria das cidades brasileiras, em sua maioria (mais de 4 mil) com o máximo de 50 mil habitantes.

Para se comunicar eficazmente, informando e mobilizando tanto gestores como cidadãos, a CNM conta com as seguintes ferramentas: Portal para divulgação de informações diárias, Rádio CNM, TV CNM, Facebook, Twitter, Instagram, Boletim mensal de 12 páginas, publicação diária de *mailing* dirigido a todos os Municípios, envio de SMS a prefeitos, *hotsites*, aplicativo CNM, Rede Municipalista e uma Central de Atendimento. As publicações da entidade já foram apresentadas na sessão anterior.

# Notícias, Rádio e TV CNM

Produzidas pela CNM, as notícias veiculadas são apresentadas em tempo real. Entre os temas, estão as votações de projetos de lei importantes para os Municípios no Congresso Nacional, as ações do governo federal que impactam os Entes locais, os eventos da CNM, a participação da entidade em reuniões e conselhos e as boas práticas da gestão pública municipal.

Em 2012, foram publicadas 1.672 matérias às quais tiveram mais de 615 mil acessos pelos usuários do Portal CNM. As matérias mais acessadas foram sobre eventos e mobilizações e ações institucionais, com 32% dos acessos, e as sobre finanças públicas municipais, com 26%. O gráfico abaixo apresenta o grau de acesso das matérias publicadas, segundo o tema.

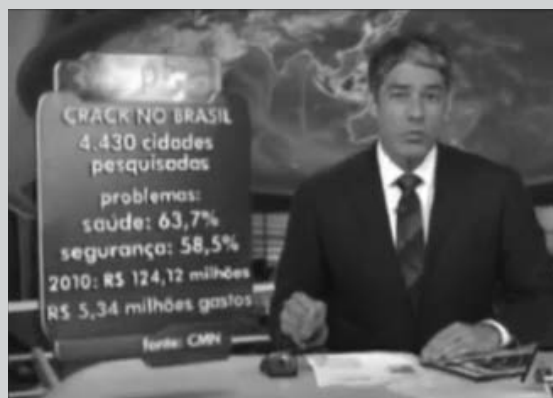


As principais matérias do dia são adaptadas e gravadas pela Rádio CNM. Em 2012, 453 notícias foram gravadas e disponibilizadas para as emissoras de rádios de todo o Brasil, fazendo com que a notícia pudesse alcançar os menores e mais distantes Municípios do País.

As reportagens mais relevantes do ano são transformadas em vídeo pela TV CNM. Temas complexos são simplificados por meio da linguagem audiovisual, e os vídeos transmitidos nos eventos e disponibilizados por meio do canal no *Youtube*: TVportalCNM. Em 2012, 30 vídeos foram editados e publicados sobre os mais diversos temas da gestão pública municipal.

## CNM NA MÍDIA

O impacto das ações e das publicações e atuação da CNM podem ser avaliados pela repercussão nos principais jornais do País. Em 2012, a CNM concedeu 294 entrevistas para televisão, rádios, revistas, jornais impressos e *on-line* e agência de notícias. No total, foram contabilizadas 7.650 citações nos principais canais de comunicação do País, espaço na mídia calculado em cerca de R\$ 9.405.275,00.



# Boletim

A CNM publica mensalmente o boletim, com matérias especiais sobre os principais tópicos de discussão do movimento municipalista, incluindo informações sobre as mobilizações da CNM e mudanças na legislação, depoimentos de gestores municipais e das associações estaduais e boas práticas dos Municípios brasileiros.

Com tiragem mensal de dez mil exemplares, o boletim é distribuído aos Municípios, aos Estados, à União e a organizações da sociedade civil e está disponível em formato digital na biblioteca do portal da CNM, na internet.

Edições do boletim em 2012:

- Janeiro: Tragédia se repete e ajuda não chega
- Fevereiro e Março: *Royalties* – novo compromisso
- Abril: *XV Marcha* – o poder local
- Maio: Edição Especial *XV Marcha*
- Junho: Educação – um plano de R\$ 26 bi
- Julho: Pacto federativo e *royalties* – é possível acreditar?
- Agosto: FPM. Risco de perder R\$ 8,4 bi em 2012
- Setembro: 10 de outubro é dia de mobilização
- Outubro: Mobilização mostra a crise para o Brasil
- Novembro: Novos Gestores – como vencer desafios
- Dezembro: *Royalties*. Veto ao Brasil



# Comunicação direta com os Municípios

## COMUNICAÇÃO COM PREFEITOS E SECRETÁRIOS

As mensagens de texto via telefone celular têm se mostrado a forma mais efetiva de comunicação da CNM com as autoridades locais. Apesar de curtas, os poucos caracteres do SMS conseguem passar uma mensagem rápida e objetiva, mantendo o prefeito informado desde os valores de cada decêndio do Fundo de Participação dos Municípios e alertas sobre prazos referentes a diversos temas da gestão até as ações de mobilizações no Congresso Nacional.

Em 2012, 213 mensagens foram enviadas a todas as autoridades locais cadastradas com taxa de sucesso no envio e leitura de mais de 98%. As ações da CNM, fomentadas por meio do SMS, geram retorno já nos primeiros 10 minutos. 213 mensagens enviadas com taxa de sucesso superior a 98%

Outro canal de comunicação direto com as prefeituras é o *mailing*, destinado para envio de mensagens com formato mais atrativo, mais detalhado ou de conteúdo mais denso, destinados não só a prefeitos, mas a secretários e vereadores.

Dentre as mensagens enviadas, destacamos: Boletim Diário – principais notícias do dia elaborado pela Agência de Notícias CNM, as Resenhas Técnicas – informativo digital mensal elaborado pela CNM com o objetivo de divulgar prazos, informações e orientações para a boa gestão local, além de informações e convites para eventos e mobilizações. Em 2012, 273 *mailings* foram enviados para mais de 810 mil destinatários cadastrados.

*Mailings* enviados para mais de 810 mil destinatários cadastrados

## CENTRAL DE ATENDIMENTO

A CNM disponibiliza a seus filiados um amplo canal de comunicação, por meio do qual o gestor pode se manter informado sobre tudo o que está acontecendo no movimento municipalista. A estrutura da CNM possibilita um contato ágil e personalizado por meio do Departamento de Relações Institucionais. Essa equipe está preparada não somente para passar as informações para o gestor, mas também para buscar a solução de suas demandas e solicitações. Outra equipe de *call center* é responsável pelo contato com os gestores municipais para mobilizações e realizações de pesquisa.

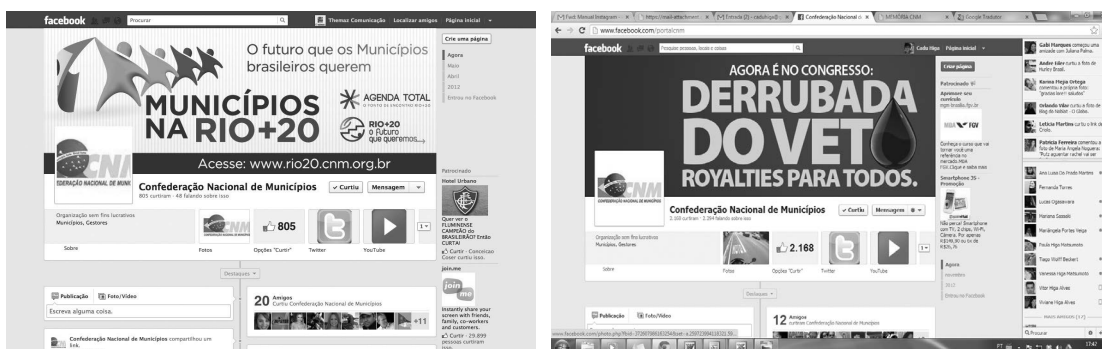
# Redes Sociais

As inovações na forma de se comunicar são a aposta da CNM para fortalecer sua atuação, aproximando-se cada vez mais dos Municípios. Por meio das redes sociais, a CNM interage de forma ampla e diária com as prefeituras e com toda a sociedade. A integração do Facebook e Twitter com os canais de comunicação da CNM possibilita a participação e o compartilhamento de notícias e informações em tempo real.

- Curta a CNM no Facebook: [www.facebook.com/portalcnm](http://www.facebook.com/portalcnm)
- Siga a CNM no Twitter: @portalCNM
- Siga a CNM no Instagram: [instagram.com/portalcnm](http://instagram.com/portalcnm)
- Participe da Rede Social Municipalista: [www.rsm.cnm.org.br](http://www.rsm.cnm.org.br)

As campanhas recentes demonstram a força das redes sociais como instrumento de mobilização política. A CNM está atenta para essas mudanças e se preparando para utilizar esse canal de comunicação de forma a garantir um maior êxito de suas campanhas, mobilizações e divulgação de conhecimento.

## Facebook



Agradecemos aos mais de 3.150 fãs, que curtiram e acompanharam a página da CNM no Facebook. Em 2012, a CNM adotou esta rede social como canal oficial de comunicação e divulgação das prioridades políticas da entidade no momento.

Com alcance atual de mais de 2 milhões de pessoas, a CNM passou a obter resultados expressivos na interação com a população de cada Município por meio dos quase 750 mil comentários e compartilhamentos, os quais se transformaram em importante fonte de *feedback* das ações da entidade, assim como no acesso ao portal CNM, onde cerca de 5% do total de acessos têm origem nesta rede social.

## Twitter



O Twitter também faz parte dessa estratégia de inovação na comunicação institucional da CNM. O Twitter é um *microblog* que permite aos usuários enviar e receber atualizações por meio de mensagens curtas em tempo real, garantindo o dinamismo na divulgação de informações e notícias. No final de 2012, a CNM possuía 1.970 seguidores no Twitter, recebendo atualizações instantâneas sobre as notícias divulgadas no portal da CNM.

## Instagram

Por meio da integração do Instagram com o portal CNM, a partir de 2012, os participantes dos eventos promovidos pela CNM puderam compartilhar fotos e comentários, em tempo real, por meio de *smartphones* e *tablets*, diretamente nos *hot-sites* específicos das campanhas e mobilizações nacionais.



No evento Novos Gestores, por meio da hashtag #cnmnovosgestores, 520 fotos foram compartilhadas pelos participantes dos eventos de todos o Brasil.

## Rede Municipalista

Com o intuito de criar um espaço de comunicação, interação, compartilhamento de conhecimento, experiências e boas práticas entre os técnicos da CNM, gestores municipais, acadêmicos e toda a sociedade sobre o tema gestão pública municipal, a CNM promoveu a criação, o desenvolvimento e a implementação da Rede Social Municipalista (RSM).

# Aplicativo CNM

Com a popularização dos *smartphones* e *tablets*, os aplicativos tornaram-se um instrumento importante de acesso direto aos usuários. Em 2012, a CNM desenvolveu e lançou seu primeiro aplicativo para os sistemas operacionais Android e IOS.

Ainda em sua primeira versão, o usuário pode ler as últimas notícias do Portal CNM, acessar algumas das Publicações da Biblioteca CNM, ver uma Galeria de Fotos históricas e conferir os dados de contato da entidade.

O aplicativo é gratuito e está disponível para download na Apple Store (para iPhones e iPads) e no Google Play (para equipamentos com o sistema Android).

A CNM também disponibiliza um hotsite com informações sobre o aplicativo no endereço: **app.cnm.org.br**



# GESTÃO ESTRATÉGICA

Gestão Estratégica significa agir em nome de um desenvolvimento a médio e longo prazo. Mais do que a prontidão para responder às diversas demandas municipais que surgem a todo instante, é preciso valorizar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações desempenhadas na entidade. Indicado no Plano Estratégico, este eixo é uma preocupação com as atividades que vão além da frase costumeira: apagar o fogo do dia a dia.

Dentro desse eixo, estão as iniciativas de governança eletrônica da entidade. Esta atuação da entidade é guiada por cinco diretrizes: i) garantir o atendimento da legalidade no serviço público; ii) promover o princípio da economicidade; iii) propiciar um ambiente para a ampliação das receitas locais; iv) fortalecer a gestão para tomadas de decisões mais efetivas e a melhoria das relações federativas; e v) a ampliação do acesso à informação e à transparência.

A CNM, criada como uma rede nacional de redes regionais de Municípios, compreende a importância de fomentar parcerias com atores relevantes. É nesse sentido que a entidade segue com projetos e convênios com entidades do País e do exterior. O Sebrae e o Pnud são exemplos de parceiros estratégicos voltados ao desenvolvimento humano local. O *Observatório do Crack*, por sua vez, representa o direcionamento da entidade a temas sociais do interesse de toda sociedade brasileira. Toda essa história de construção conjunta pode ser resgatada nos materiais do projeto *Memórias CNM*.

A Gestão Estratégica passa pelo fortalecimento da gestão interna, construindo padrões organizacionais, fomentando a gestão do conhecimento e valorizando o trabalho em equipe. A transparência dos processos internos demonstra a preocupação da entidade com os recursos públicos e com todos os demais princípios que regem a administração pública.

Pensar estrategicamente é um exercício diário que deve envolver não só os funcionários da CNM, mas, sobretudo, os gestores dos Municípios brasileiros. Por isso, esse relatório é mais do que uma prestação de contas, sendo sim uma forma de consulta aos Municípios sobre as melhorias a serem implementadas pela entidade.

# Governança Eletrônica

A Governança Eletrônica é a capacidade administrativa de transformar e fortalecer a gestão, utilizando-se dos instrumentos da comunicação pública. As novas tecnologias estão auxiliando os Municípios a desenvolverem serviços mais eficientes e de melhor qualidade. Soluções tecnológicas também podem auxiliar na redução de custos e na aproximação dos governos com a sociedade civil. Nesse sentido, a CNM tem investido nessa área, de forma a apoiar os Municípios por meio de desenvolvimento de sistemas tecnológicos.

## CIDADECOMPRAS

Por meio de um ambiente seguro e controle de acesso, o CidadeCompras é uma solução de compras eletrônicas que promove autonomia, economia e transparência. O programa gerencia as licitações na modalidade pregão. Os fornecedores cadastram-se no portal e dão lances no processo de compras e serviços.



Os Municípios, com esse instrumento, puderam comprar com mais qualidade e menor preço, além de terem economizado com o procedimento de licitação. No ano de 2012,<sup>1</sup> 168 Municípios chegaram a utilizar o CidadeCompras, com a realização de 2.512 pregões eletrônicos e 650 pregões presenciais. Ao todo, 693 entidades (com 3.641 usuários) e 26.833 fornecedores compradores estavam cadastrados no CidadeCompras. O volume financeiro das melhores propostas foi de R\$ 709.089.616,90, e o volume de fechamento foi de R\$ 627.701.648,13. Isso representa, em média, uma economia de 13,36% para as compras municipais.

## Mais de 81 milhões de reais em economia para os cofres públicos municipais.

Também foram realizadas melhorias na ferramenta em 2012, tornando-a totalmente estável e aderente aos aspectos legais e hospedada em servidores robustos. As novas melhorias nos aspectos funcionais da ferramenta foram reconhecidas pelos usuários, bem como na equipe de atendimento.



<sup>1</sup> Valores referentes ao período de janeiro a novembro de 2012, os dados de dezembro ainda não foram consolidados.

## URBEM

Para que os Municípios tenham capacidade própria de governar de maneira eficiente, autônoma e independente, a CNM desenvolveu o Urbem. Este é um sistema informatizado que, por meio de cadastros únicos, promove a integração, a consolidação total e a atualização de informações em tempo real, o que possibilita a interligação e a troca de dados e informações entre as diversas áreas da administração pública.

O Urbem atende às necessidades básicas das prefeituras e prepara o ambiente institucional para a prestação de serviços de qualidade à população, além de promover transparência administrativa e excelência no atendimento ao contribuinte.

Essa solução integrada de administração municipal é uma das formas mais relevantes de contribuição da CNM para a melhoria da gestão pública local. Acreditamos que, além de utilizar um quadro de pessoal motivado e capacitado, a boa gestão passa pela necessidade de o Município utilizar recursos tecnológicos e ferramentas de gestão integradas capazes de subsidiar com informações e dados todas as decisões dos gestores municipais.

Para executar suas ações, o Urbem desenvolveu gestões administrativa, patrimonial, financeira, tributária e de recursos humanos. Essas dimensões auxiliam as administrações municipais, por exemplo, a controlar os fluxos e os protocolos que tramitam na prefeitura, a controlar seus bens móveis e imóveis, a acompanhar processos de compra e licitação, a gerenciar a arrecadação de receitas e gastos, a controlar os alvarás emitidos e a lançar a folha de ponto dos servidores e empregados públicos, entre tantas outras funções.

Em 2012, a CNM dedicou-se em modernizar a ferramenta, melhorando algumas de suas rotinas, criando novas funcionalidades e reformulando sua política de uso. Entre essas melhorias, podem ser citadas: a formulação do Modelo de Negócio, a reavaliação do termo de uso, a inclusão da nova contabilidade e da Transparência, a formulação dos manuais, a confecção do *site* Urbem, os estudos estatísticos sobre a economicidade do sistema e o certificado de integração tecnológica.

Em paralelo, os atendimentos aos Municípios que já são usuários do Urbem foram continuados. Atualmente, a ferramenta é utilizada por 9 Municípios de 8 Estados. A CNM também investiu na avaliação dos processos de desenvolvimento dos Municípios, visando a facilitar a implementação do programa em outras prefeituras.



## PORTAL MUNICIPAL E E-MUNICÍPIO

Em 2012, a CNM continuou com os serviços de *e-mails* e *websites* para os Municípios.

O e-Município oferece o *e-mail* institucional para a prefeitura e garante a padronização e a credibilidade das suas mensagens eletrônicas. Contaram com o auxílio desta ferramenta, criada pela CNM para o gerenciamento de *e-mails* institucionais, 852 Municípios. Com a adoção desse modelo, os correios eletrônicos dos servidores e dos órgãos municipais passam a ser institucionalizados como nome@municipio.uf.gov.br.

O Portal Municipal elabora e confecciona, em conjunto com os técnicos municipais, a página digital do Município na internet. A prefeitura pode, assim, divulgar informações para seus munícipes, além de governos, organizações e pessoas de outros lugares. Tal ferramenta constitui tanto uma forma de publicidade como de transparência da gestão. Até o final de 2012, a CNM já havia produzido 615 *sites* institucionais para Municípios brasileiros e entidades estaduais.

Desde 2012, a CNM busca parceiros para ampliar a qualidade dessas ferramentas disponibilizadas gratuitamente aos Municípios.

**615 sites** de Municípios publicados

**853 domínios** de *e-mails* dos Municípios ativos no e-Município

## INCUBADORA

A Confederação Nacional de Municípios considera a inclusão digital municipal uma importante estratégia para promover a democratização do acesso à internet e à informação, principalmente para os Municípios brasileiros com população de até 50 mil habitantes. Com o objetivo de alavancar a gestão administrativa e participativa nas prefeituras, busca-se melhorar a acessibilidade dos processos, a eficiência na gestão local e a aproximação entre o governo e os cidadãos.

O Projeto “Incubadora para Governo Eletrônico” objetiva fomentar o uso governo eletrônico (e-Gov) como instrumento para a modernização da gestão local, transparência nos atos administrativos e o acesso do cidadão às informações necessárias para o pleno exercício da cidadania. Além disso, diagnosticar a realidade de infraestrutura digital e os contextos de inclusão e educação digital dos gestores locais e dos cidadãos municipais.

Em outra linha de pesquisa, serão realizados o monitoramento e as avaliações dos programas e das ações do governo federal com o desafio de aperfeiçoar a implantação e verificar o impacto dos custos de instalações nos Municípios.

No ano de 2012, mais de 50 programas federais foram avaliados, fazendo o levantamento de estatísticas sobre as características dos Municípios beneficiados, que irão auxiliar na publicação “E-gov no Brasil: uma visão municipalista”.

O projeto também faz o levantamento de algumas experiências locais de Municípios que fazem uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mostrando como tiveram as iniciativas de projetos tecnológicos e alcançaram melhorias para a gestão, com o intuito de que essas práticas possam ser replicadas aos demais gestores municipais.

Quando a administração pública faz o bom uso das TICs, é possível que surjam boas iniciativas. Ter iniciativa nada mais é do que buscar, fazer ou propor algo para melhorias de processos ou atividades.



# Projetos e Parcerias

Parcerias permitem agregar novos conhecimentos, aprender novas formas de trabalho e congregam informações antes dispersas. Dessa forma, as parcerias auxiliam na promoção de soluções inovadoras e na ampliação de redes de trabalho. A CNM, ciente disso, continuou trabalhando em parceria com o Sebrae e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

## CONVÊNIO CNM/SEBRAE

A parceria da CNM com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) iniciou-se em 2003. Desde então, as duas entidades têm levado uma série de ações conjuntas a todos os Estados brasileiros e trabalhado em diversas frentes para fomentar o desenvolvimento econômico local.

### Ações para Implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas



A Lei Geral das Micro e Pequena Empresas – Lei Complementar 123/2006 teve o objetivo de garantir o fomento desse tipo de empresas no âmbito municipal como ferramenta de suporte ao desenvolvimento local e regional. A CNM e o Sebrae têm o objetivo de implantar essa lei nos Municípios até 2015. Em 2012, foi elaborada uma avaliação inicial da metodologia utilizada pelo Sistema de Monitoramento da Lei Geral voltada à sugestão de adaptações necessárias para o aperfeiçoamento do acompanhamento da Lei Geral.

A comunicação dos temas relacionados à parceria foi realizada por meio dos boletins mensais da CNM e de notícias. Essas informações foram disponibilizadas no portal do desenvolvimento local, uma ferramenta *on-line* que congrega diversas informações de interesse dos gestores municipais. Pode ser acessado em: [www.portaldodesenvolvimento.org.br](http://www.portaldodesenvolvimento.org.br).

Além disso, a CNM e o Sebrae realizaram um seminário de troca de experiências durante a XV *Marcha* para apresentação de boas práticas no desenvolvendo de ações nas áreas de finanças, desburocratização, agentes de desenvolvimento e compras governamentais. Também publicaram o *Manual do Desenvolvimento dos Municípios* sobre o desenvolvimento econômico local por meio de micro e pequenas empresas.

## Encontros Regionais de Agentes de Desenvolvimento



A CNM e o Sebrae promoveram três encontros regionais de agentes de desenvolvimento para fomentar a troca de experiências. O objetivo foi aperfeiçoar as ações integradas para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do Município, fazendo com que o agente passe a ser o grande indutor de mudanças desse processo.

Durantes esses eventos, uma série de palestras e painéis de discussão foram organizados. Entre os temas debatidos, destacam-se o papel dos agentes de desenvolvimento como promotor de transformações e os casos de sucessos, as compras municipais, a implementação da Lei Geral e os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) para pequenas empresas.

Para a região Sul, o encontro foi promovido em Curitiba, nos dias 23 e 24 de outubro, com a participação de 280 agentes de desenvolvimento dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em Belo Horizonte, o evento ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro e foi direcionado para os agentes das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Participaram do evento 380 agentes de desenvolvimento dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com o foco nas regiões Nordeste e Norte, outro encontro foi realizado nos dias 26 e 27 de novembro com a participação de 550 agentes de desenvolvimento dos Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Amazonas, Rondônia e Roraima.

### Concurso de Artigos sobre Políticas Públicas

O concurso de artigos sobre políticas públicas de estímulo à sustentabilidade nas micro e pequenas empresas foi lançado durante a *Conferência Rio+20*, em junho de 2012. O concurso teve o objetivo de incentivar o fomento à formulação de iniciativas, por parte dos Municípios, para que as micro e as pequenas empresas, situadas ou com atuação em seu território, utilizem-se de processos sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico de suas atividades.



## PROJETO CAPACIDADES / PARCERIA COM PNUD

Desenvolvido em parceria pela CNM e o Pnud, o Projeto CapaCidades foi um programa-piloto de fortalecimento de capacidades para o desenvolvimento humano local a partir das realidades dos Municípios brasileiros. Essa iniciativa pioneira no Brasil foi implementada nos Municípios de Abaetuba/PA, Barbalha/CE, Jaguarão/RS e Marliéria/MG.



O projeto baseou-se na premissa de que políticas públicas integradas, sustentáveis, participativas e transparentes representam estratégias fundamentais para que as pessoas evoluam na mesma medida em que se apropriam do território e de seus processos decisórios. Com base na “pesquisa-ação” e no processo de implementação do projeto, foi desenvolvida uma metodologia de gestão participativa para o desenvolvimento territorial municipal e de avaliação de capacidades.



Durante a implementação do projeto, uma série de atividades foram implementadas nos Municípios, tais como: capacitações em planejamento estratégico, produção de cartografias temáticas territoriais, governança eletrônica e inclusão digital, monitoramento e avaliação, elaboração e implementação de projetos e oficinas nas áreas de saúde, meio ambiente, comunicação pública, desenvolvimento econômico local, incubadoras de cultura, monitoramento jovem de políticas públicas, economia solidária etc.

O ano de 2012 representou o último ano de projeto, o qual foi iniciado em 2009. Nessa fase final, a CNM e o Pnud continuaram acompanhando os Municípios-piloto em suas iniciativas de desenvolvimento de capacidades. Além das prestações de contas do projeto, foram realizadas as reuniões de avaliação do projeto. Além disso, o projeto lançou três novas publicações, que trazem aos Municípios informações sobre como implementar soluções de gestão integrada, diagnóstico de recursos e oportunidades e sistemas de monitoramento.

A CNM também incorporou as experiências aprendidas aos seus projetos e estrutura. A promoção do projeto Experiência Municipal, a geração de conhecimentos utilizados pelo projeto *Novos Gestores*, o uso da Rede Social Municipalista (RSM) – criada durante o projeto – como fórum de debate são alguns exemplos desse aprendizado.



## OBSERVATÓRIO DO CRACK

Em razão da necessidade de se obter informações confiáveis sobre a circulação e o consumo de drogas nos Municípios brasileiros e da inexistência de dados locais, a CNM propôs a implementação de um observatório permanente sobre o crack e outras drogas.

O *Observatório do Crack* congrega informações completas das pesquisas realizadas pela CNM, o que possibilita uma avaliação da situação enfrentada por cada Ente municipal. Isso permite orientar a gestão local para a estruturação e organização de ações e serviços de monitoramento e controle do crack e outras drogas. O *Observatório do Crack* também capta e mantém informações por Município sobre a situação real da circulação e do consumo de drogas, as políticas locais de enfrentamento ao crack e outras drogas, as estruturas assistenciais, os programas, as iniciativas inovadoras, o financiamento e as experiências bem-sucedidas.



Em 2012, o *Observatório do Crack* divulgou novas informações sobre o tema, atualizando e ampliando os dados de 2010. As informações levantadas com 4.907 prefeitos de todo o País foram alarmantes e repercutiram em todos os jornais do Brasil. A CNM constatou que 4.404 Municípios enfrentam problemas com o consumo desta droga. Nesses Entes municipais, seus gestores públicos analisaram a gravidade do problema. Tal pesquisa avaliou que a situação é de nível grave em 1.131 Municípios; de nível médio, em 1.987; e nível baixo, em 1.202. Os dados foram compilados em duas publicações produzidas pelo *Observatório*.

Além disso, a CNM promoveu um ciclo de debates durante a *XV Marcha a Brasília*, trazendo especialistas no tema para discutir com os Municípios e viabilizar uma conversa direta entre os gestores locais e os ministros da Justiça e da Saúde.

O projeto também alcançou uma série de conquistas, tais como:

- a divulgação dos dados do Observatório, nacional e internacionalmente;
- o acompanhamento da evolução do tema em todos os Municípios brasileiros;
- a disponibilização aos gestores de uma ferramenta de acompanhamento das ações intersetoriais desenvolvidas pela esfera municipal, estadual e federal;
- a mediação da troca de experiências entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada.

## PROJETO MEMÓRIAS CNM – RESGATE DO MUNICIPALISMO BRASILEIRO

O Projeto *Memórias* é o resultado do esforço da Confederação Nacional de Municípios para resgatar sua história de mais de 30 anos e contar a quase centenária história do municipalismo brasileiro. O projeto revela a força do Município como agente que reivindica e conquista melhorias reais para a população.

Para concretizá-lo, foram pesquisadas notícias antigas de jornais, revistas e vídeos. Além disso, foi feito um extenso levantamento bibliográfico e uma série de entrevistas com as pessoas que participaram ativamente da criação e do desenvolvimento da CNM. Este Projeto se materializa em mídias diversas: impressa (em duas publicações), digital (em um *hotsite*) e audiovisual (em uma série de quatro documentários). Nesse túnel do tempo é possível ver as partes mais marcantes do trabalho de resgate desenvolvido pela CNM.

### A Publicação Município: Palco da Vida



A obra está dividida em dois volumes, que seguem uma lógica cronológica e também de mudança de filosofia de atuação. A história da CNM está imersa em um movimento maior, da própria história do municipalismo. Nesse sentido, preocupou-se em apresentar não somente os acontecimentos relacionados à Confederação, mas também da quase centenária história do municipalismo brasileiro.

Os eventos relacionados à CNM foram o mote central da pesquisa realizada, principalmente aqueles que revelam as causas da sua criação e o processo de desenvolvimento da entidade, mas isso não exclui a possibilidade de mirar em uma perspectiva mais ampla. Ademais da mera descrição de eventos, a obra conta com um lado analítico importante. Os acontecimentos foram interpretados e sistematizados de forma que se tornassem claros para um público não acostumado com o municipalismo, suas bandeiras e seu contexto político.



# Gestão Interna

Em 2012, a CNM buscou melhorar sua gestão interna de forma a fortalecer a entidade e os serviços prestados aos Municípios. Assim, iniciou a construção de um sistema interno de gestão de resultados a partir de critérios construídos com as diferentes áreas. Tal ação buscou alinhar as ações estratégicas com as prioridades da organização, construir critérios objetivos para a avaliação da produtividade da organização, definir modelos de avaliação a serem desenvolvidos e aprimorar a comunicação interna e externa da entidade.

A CNM deu ênfase a essa estratégia de priorizar a organização interna e o fortalecimento da gestão por resultados. Uma área específica da entidade foi dedicada ao acompanhamento do restante da CNM, à criação de indicadores de desempenho, à formulação de planejamentos de longo prazo e apoiando as atividades-meio da entidade.



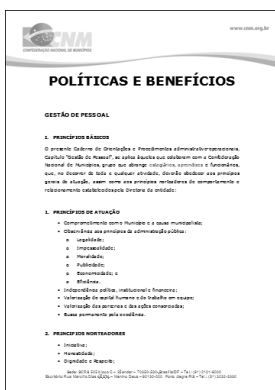
Na parte do planejamento, a CNM buscou a elaboração de um instrumento que organizasse e integrasse as inúmeras ações dispersas. Foi desenhado um mapa estratégico e as atividades foram se ligando aos objetivos maiores discutidos e aprovados por toda a CNM.

As diversas áreas dentro da CNM também puderam fazer reuniões de planejamento no começo do ano, traçando as ações que iriam executar em 2012. Ao final do ano, reuniram-se novamente para a avaliação e o fechamento das atividades.

Em relação à gestão de processo, a CNM passou a acompanhar, por meio de relatórios mensais, a execução de atividades de diversas áreas. Esses relatórios serviram como insumos para que fossem mensurados os reais esforços empregados pelos colaboradores da CNM nas suas atividades do dia a dia. Além disso, os resultados obtidos ficaram mais claros e gerou-se um maior entendimento das ações executadas.

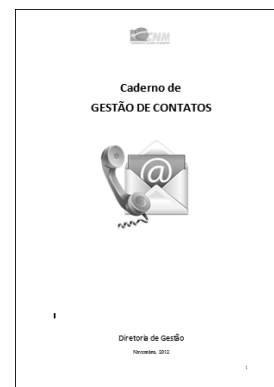
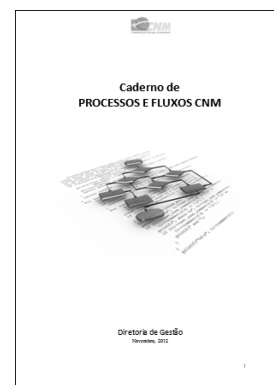
## CADERNOS DE GESTÃO

Em 2012, a CNM elaborou e editou uma série de cadernos visando à melhoria de seu funcionamento. O *Caderno de Fluxos* facilita o entendimento dos processos internos por meio do mapeamento das etapas. O documento padroniza o funcionamento da entidade, esclarecendo aos colaboradores quais as sequências dos procedimentos a serem adotados internamente. Esse trabalho conseguiu, ainda, identificar quais são os gargalos da CNM para que fossem propostas melhorias nos processos.



Também foi editado o *Caderno de Políticas e Benefícios*, que institucionaliza as normas internas da entidade. Esse instrumento fortaleceu ainda mais a relação entre a entidade e seus colaboradores, garantindo a ambas as partes proteção contra arbitrariedades.

Ademais, foi organizada a base de contatos da entidade e estabelecidas políticas para a sua gestão. O *Caderno de Gestão de Contatos* define uma estratégia para unificar grande parte desses dados.



## DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO

Por meio de capacitações internas e eventos de integração, a CNM visa a melhorar as capacidades dos seus colaboradores e a motivá-los. Esses momentos são importantes para desenvolver as habilidades dos funcionários e alinhá-los para que estejam totalmente de acordo com o discurso político da entidade levado aos Municípios. A CNM acredita que quanto mais bem preparada sua equipe estiver, mais positivas serão os resultados nos Municípios.

As mudanças na gestão interna ainda estão longe de estarem concluídas, mas é o início de um processo que tem como fim último a melhoria dos serviços prestados aos Municípios.

# Transparência

A CNM é pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, entretanto, vive dos recursos públicos que recebe dos Municípios contribuintes.

Por essa razão, a entidade adota regulamento de compras que obedece aos princípios da Lei 8.666/1993, realizando procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços e processo seletivo para contratação de pessoal.

Além disso, adota práticas de transparência relacionadas a seu funcionamento interno, tais como divulgação dos padrões salariais de seus empregados, estatuto, relatórios, resoluções, quadro de empregos, credenciamento, dentre outros. Anualmente, o relatório de atividades traz a prestação de contas de ações, projetos, gastos e conquistas. Além disso, os Municípios contribuintes com a CNM recebem, mensalmente, o relatório de prestação de contas.

A criação de novos canais de comunicação com o cidadão, que pode conhecer, participar e validar as ações, possibilita exercer a democracia também por vias digitais, reconhecendo e aprovando a transparência da gestão. A página da transparência no Portal CNM, em 2012, teve mais de 25 mil acessos, uma média de 110 acessos por dia útil. Em consonância com a Lei de Acesso à Informação, os usuários que não encontrarem as informações desejadas, podem formalizar o pedido por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponível no *site* ou enviar o pedido pelos correios por meio de ofício.

Em 2012, foram publicados os seguintes editais no portal CNM:

➤ 8 editais de processos seletivos:

- Processo Seletivo 1/2012 para os cargos de assessor parlamentar, assessor internacional, jornalista, revisor de textos, assistente de relações institucionais, advogado em licitações e contratos, analista de projetos, analista de pesquisa e técnicos nas áreas de agricultura, compensação previdenciária, contabilidade pública, cultura, desenvolvimento social, desenvolvimento urbano, educação, finanças, meio ambiente, saúde, trânsito e mobilidade e turismo; Processo Seletivo 2/2012 para o cargo de advogado em licitações e contratos; Processo Seletivo 3/2012 para o cargo de auxiliar de relações institucionais;
- Processo Seletivo 4/2012 para o cargo de assessor internacional;
- Processo Seletivo 5/2012 para o cargo de sonoplasta;
- Processo Seletivo 6/2012 para o cargo de técnico em finanças e tributação;
- Processo Seletivo 7/2012 para o cargo de técnico em Informática;
- Processo Seletivo 8/2012 para o cargo de analista de pesquisa e técnicos das áreas de agricultura, defesa civil, educação, saneamento e turismo; 1 edital para credenciamento de empresas;
- Processo Licitatório 1/2012 para credenciamento de empresas.

- 19 editais de aquisição de produtos e serviços por meio de processo licitatório:
- Processo Licitatório 1/2012 – Aquisição de equipamentos de informática;
  - Processo Licitatório 2/2012 – Aquisição de equipamentos de Informática;
  - Processo Licitatório 3/2012 – Impressão do Livro: *Boas Práticas na Aplicação da Lei Geral*;
  - Processo Licitatório 4/2012 – Aquisição bilhetes de passagens aéreas e terrestres;
  - Processo Licitatório 5/2012 – Impressão de livros e outros serviços gráficos;
  - Processo Licitatório 6/2012 – Impressão de livros e outros serviços gráficos;
  - Processo Licitatório 7/2012 – Prestação de serviços de montagem e desmontagem de estandes para a *XV Marcha*;
  - Processo Licitatório 9/2012 – Consultoria em comunicação para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 15/2012 – Serviços gráficos;
  - Processo Licitatório 16/2012 – Serviços de *Call Center*;
  - Processo Licitatório 18/2012 – Desenvolvimento de *software* para dispositivos móveis;
  - Processo Licitatório 19/2012 – Pesquisa, certificação, avaliação e atualização do Sistema Monitoramento da implantação da Lei da Micro e Pequena Empresa pelos Municípios para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 20/2012 – Consultoria, análise e validação de dados para o tema: Compras Governamentais para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 21/2012 – Filmagem e produção de vídeos;
  - Processo Licitatório 22/2012 – Transporte materiais para os eventos *Novos Gestores*;
  - Processo Licitatório 23/2012 – Desenvolvimento de *software* de acompanhamento parlamentar;
  - Processo Licitatório 25/2012 – Consultoria, análise e validação de dados sobre o tema: Agentes de Desenvolvimento para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 26/2012 – Consultoria, análise e validação de dados sobre o tema: Finanças para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 27/2012 – Consultoria, análise e validação de dados sobre o tema: Desburocratização para as ações do convênio Sebrae;
  - Processo Licitatório 28/2012 – Impressão do livro – Município: Palco da Vida.

## Nova Sede

A criação de uma nova sede representa a consolidação de uma instituição com maior capacidade de se manter ao longo da história. Ao possibilitar a ampliação e a integração dos funcionários, espera-se qualificar ainda mais em defesa dos interesses municipais.

A CNM cresceu significativamente nos últimos 15 anos. As condições prediais, a infraestrutura disponibilizada e o perfil dos departamentos distribuídos nesses prédios são distintos atualmente, gerando dificuldades de comunicação e motivação, logísticas e operacionais. Grande parte do material da CNM fica armazenado em outras duas localidades, inviabilizando o acesso rápido e fácil. Auditórios são constantemente alugados para a realização de seminários de sensibilização e coletivas de imprensa. Essa situação fortaleceu o anseio da Confederação de construir um edifício-sede que congregue todos os seus funcionários e suas atividades.

Em 2012, o projeto recebeu sua total aprovação por meio da Decisão 1/2012, de 08/03. Em julho, obtiveram-se a aprovação total do projeto arquitetônico da sede da CNM pela administração de Brasília e, em outubro, a aprovação e a liberação do projeto arquitetônico junto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Em novembro de 2012, o parecer da Consultoria Jurídica da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) a respeito da renovação de cessão do terreno da CNM foi liberado, indicando positivamente a confecção de um novo contrato. A documentação comprobatória de regularidade fiscal e jurídica da CNM foi encaminhada à SPU-DF para a confecção de um novo contrato. Em dezembro, a CNM conseguiu a renovação da cessão do terreno no SGAN – Setor de Grandes Áreas Norte – por parte da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF).

Com a assinatura do contrato ao final do ano, a CNM poderá em 2013 começar o processo licitatório para a construção da nova sede.



# RELATÓRIO FINANCEIRO

Município forte. Brasil forte.

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

### DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT - DEZEMBRO/2012

EMPRESA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS  
CNPJ: 00.703.157/0001-83  
REGISTRO NO CARTÓRIO: 2º OFÍCIO REG. DE PESSOA JURÍDICAS

<b>CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>-27 025 116,39</b>
CONTRIBUIÇÕES MENSAIS	-27 025 116,39	
CONTRIBUIÇÕES MENSAIS	-27 025 116,39	
CONTRIBUIÇÕES MENSAS	-27 036 161,39	
( - ) DEDUÇÕES/ESTORNOS	11 045,00	
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>		<b>-6 029 967,05</b>
RECEITAS PATRIMONIAIS	-6 029 967,05	
RECEITAS PATRIMONIAIS	-6 029 967,05	
RENDIMENTOS DE APLIC. FINANCEIRA	-6 029 967,05	
<b>RECEITA EVENTOS</b>		<b>-784 986,25</b>
RECEITA EVENTOS	-784 986,25	
RECEITA EVENTOS	-784 986,25	
INSCRIÇÃO XV MARCHA/BSB	-410 676,99	
( - ) DEDUÇÕES/ESTORNOS	25 690,74	
PATROCÍNIO EVENTO NOVOS GESTORES-SEBRAE	-400 000,00	
<b>RECEITA CONVÊNIOS</b>		<b>-2 065 740,29</b>
CONVÊNIOS	-2 065 740,29	
CONVÊNIOS	-2 065 740,29	
CONVÊNIO SEBRAE	-1 640 299,89	
CONVÊNIO PNUD	-425 440,40	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>9 330 836,15</b>
DESPESAS C/PESSOAL	9 330 836,15	
DESPESAS C/PESSOAL	9 330 836,15	
SALÁRIOS	3 927 052,82	
13º SALÁRIO	354 065,90	
FÉRIAS	418 298,98	
ABONO 1/3 FÉRIAS	44 691,49	
BOLSA AUXÍLIO ESTÁGIO	39 053,33	
INSS	1 114 570,57	
FGTS	426 793,61	
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	55 174,20	
VALE REFEIÇÃO	426 008,22	
VALE TRANSPORTE	164 104,54	
RESCISÕES	660 259,39	
INSS S/ RPA PATRONAL	556 660,29	
FGTS - MULTA RESCISÓRIA	274 888,92	
EXAME ADMISSÃO	635,00	
PLANO DE SAÚDE	184 806,51	
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	36,02	
EXAME DEMISSÃO	2 016,00	
ANUÊNIO	118 493,50	
GRATIFICAÇÃO	372 894,50	
HORAS EXTRAS	124 488,80	
ABONO PECUNIÁRIO FÉRIAS	4 802,86	
1/3 ABONO PECUNIÁRIO	1 023,29	
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	222,47	
DESC. SEMANAL REMUNERADO	59 642,10	
CONTRIB. SINDICAL PATRONAL	152,84	
<b>SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>		<b>5 322 391,94</b>

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	5 322 391,94	
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	5 322 391,94	
HONORÁRIOS PROFISSIONAIS - PJ	19 900,00	
SERVIÇO TERCEIROS - EMBRATEL	586 980,95	
SERVIÇO TERCEIRIZADOS MENSAIS	4 248 925,30	
SERVIÇO DE TERC. RPA'S	466 585,69	
<b>DESPESA COM EVENTO</b>		<b>3 513 934,27</b>
DESPESA COM EVENTOS	3 513 934,27	
DESPESA COM EVENTOS	3 513 934,27	
DESPESA COM EVENTOS	9 868,00	
TCE - CAMPO GRANDE-MS	2 027,38	
EVENTO ÚLTIMO MANDATO	27 890,00	
ASSEMBLEIA GERAL 28/02/2012	2 470,00	
EVENTO DIÁLOGOS MUNICIPALISTA	22 689,72	
XV MARCHA BSB	1 099 960,30	
EVENTO EXPERIÊNCIA MUNICIPAL	104 328,44	
29º CONGRESSO MINEIRO DE MUNICÍPIOS	8 291,01	
EVENTO FINANÇAS MUNICIPAIS	85 817,99	
DESP. EVENTOS NOVOS GESTORES	2 071 458,00	
EVENTO MOBILIZAÇÃO 10/10/2012	35 293,43	
EVENTO CRISE FINANCEIRA	43 840,00	
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>3 155 813,22</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3 155 813,22	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3 155 813,22	
ENERGIA ELÉTRICA	89 967,67	
CONFRATERNIZAÇÃO	12 310,00	
ASSINATURA JORNAIS E REVISTAS	13 611,61	
RESSARCIMENTO DESPESAS	137 503,80	
TELECOMUNICAÇÕES FIXAS	20 129,33	
TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS	111 510,11	
CAESB	3 101,83	
DESPESAS POSTAIS	563 736,06	
ALARME CENTER COM. REPR.	5 555,32	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	58 310,77	
ALUGUEL PREDIAL	407 977,20	
CONDOMÍNIOS	31 371,00	
DEXION INFORMÁTICA	1 972,76	
NIC BR	2 679,87	
CÓPIAS E AUTENTICAÇÕES	17 251,25	
MANUTENÇÃO PREV. AR CONDICIONADO	9 076,00	
DESP.COM IMPRESSÃO DE BOLETIM	85 770,00	
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	171 101,10	
VIAGENS/PASSAGENS	371 643,50	
HOSPEDAGENS	35 441,19	
PROGRAMA PROSOFT	1 271,82	
CONDUÇÃO E TRANSPORTE	42 393,48	
DIÁRIAS	90 470,52	
DESP. CONVÊNIO CIEE	12 028,09	
DESPESAS EXTINTORES	480,00	
SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA	18 137,40	
ALUGUEL VEÍCULOS	17 117,82	
DESP. CARGAS E ENCOMENDAS	32 782,30	
DESP. MANUT. TERRENO NOVA SEDE	21 970,40	
CERTIF. DIGITAL CIDADECOMPRAS/PORTAL	1 757,50	
PRÊMIOS SEGUROS	7 356,51	
MAT. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	17 949,37	
DESP. MATERIAL DE CONSUMO	16 643,40	
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO	14 247,98	
BENS NÃO IMOBILIZADOS	17 155,65	
DESP. IMPRESSÃO GRÁFICA	648 500,00	
DESP. TAXAS	393,20	
DESP. ANÚNCIO JORNAL	2 052,92	

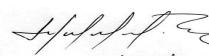
DESP. COLETAS E ENTREGAS	567,56	
LICENÇA SESSÃO USO - GOOGLE/DEDALUS	31 841,50	
DESP. SEGURO VIAGEM	2 382,00	
DESP. AÇÃO JUDICIAL - CEF	627,43	
DESP. LOCAÇÃO DE ESPAÇO - REUNIÃO	3 860,00	
DESP. MULTA	250,00	
DESP. COM REUNIÕES - CNM	3 556,00	
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>		<b>971 205,77</b>
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	971 205,77	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	971 205,77	
IMP. PREDIAL/TERRITORIAL(IPTU)	10 666,07	
IMPOSTO DE RENDA S/ APLIC. FINAN.	960 016,64	
IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	523,06	
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>23 838,12</b>
DESPESAS FINANCEIRAS	23 838,12	
DESPESAS FINANCEIRAS	23 838,12	
JUROS PAGOS	8 333,81	
DESP. BANCÁRIA	15 303,55	
MULTAS	200,76	
<b>CONVÊNIOS</b>		<b>1 900 296,70</b>
CONVÊNIOS	1 900 296,70	
CONVÊNIOS	1 900 296,70	
CONVÊNIO PNUD	331 186,47	
CONVÊNIO SEBRAE	1 025 786,98	
AMBARCO - ASS. MUNIC. - SE	12 000,00	
FAMES - FED. MUNIC. ESTADO - SE	11 000,00	
AMAJA - ASS. MUNIC. ALTO JACUI	12 000,00	
AMM- ASS. MATOGRO. MUNIC.	18 000,00	
APRECE - ASS. MUNIC. PREF. EST. CE	28 000,00	
APPM - ASS. PIAUIENSE MUNIC.	53 900,00	
CONV. ASSOC. FAMURS	44 200,00	
AMP - ASSOC. MUNIC. DO PARANÁ	78 000,00	
CONVÊNIO FLACMA	8 723,25	
CONV. AGM - ASS. MUN. GOIANOS	34 500,00	
CONV. ASSOC. AMURCES	14 000,00	
CONV. AMUPE - ASS. MUN. PERNAMBUCO	25 000,00	
CONVÊNIO ASSOMASUL	72 000,00	
CONVÊNIO FAMURS	120 000,00	
CONV. AMURC - SUL/SUDESTE - BA	12 000,00	
<b>Superavit Líquido</b>		<b>-11 687 493,81</b>

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Superavit ou Deficit, apresentando um superavit de R\$ 11.687.493,81 (onze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e nove e três reais e oitenta e um centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

Brasília - DF, 31 de Dezembro de 2012.



PAULO ROBERTO ZIULKOSKI  
PRESIDENTE - CPF 150.980.100-63



MOACIR LUIZ RANGEL  
CONTADOR - CRC 68532/0-

## BALANÇO PATRIMONIAL - DEZEMBRO/2012

EMPRESA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS  
CNPJ: 00.703.157/0001-83  
REGISTRO NO CARTÓRIO: 2º OFÍCIO REG. DE PESSOA JURÍDICAS

<b>ATIVO</b>	<b>82 256 578,43</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>78 566 457,67</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>77 827 292,99</b>
BENS NUMERÁRIOS	94 946,79
CAIXA MATRIZ	94 946,79
CAIXA	94 946,79
BANCOS C/ MOVIMENTO	544 548,39
BANCOS C/ MOVIMENTO	544 548,39
BB BSB S/A - Ag - 1004-9 5265-5	449 614,18
BB EVENTOS - Ag - 1004-9 5969-2	13 989,67
C/C BANRISUL	56 121,81
AG-0004-OP-003 C/C CEF-5171-0	24 821,73
BRADESCO - PATROC. NOVOS GESTORES	1,00
BANCOS C/C APLICAÇÃO	77 187 797,81
BANCOS C/C APLICAÇÃO	77 187 797,81
BB Poup EVENTO BSB-1004-9-5969-2	9 178,99
BRADESCO-PAT-AG-0484-7-1171178	52 943,18
FUNDO BB LP. 10 milhão 14285-9	42 291 113,62
APLIC. BB - OURUCAP - 5265-5	50 000,00
APLIC. CORPARATE 10 MILH-379514	25 873 746,50
APLIC. AG-3537-8- C/C-105528-3	2 001 189,60
APLIC. AG-3537-8- C/C-21169-9-PN	847 355,75
APLIC. RDB-CDB-BANRISUL	23 295,24
APLIC. BB-1004-9 - 37951-4	5 152 960,00
APLIC. BB-CONV. SEBRAE - 52651-7	638 313,41
APLIC. BB-1004-9 - 52651-7 - SEBRAE	247 701,52
<b>CRÉDITOS</b>	<b>739 164,68</b>
CRÉDITOS A RECEBER	682 019,32
CRÉDITOS A RECEBER	682 019,32
BLOQ. JUDICIAL-BACEN-BB	34 080,00
CRÉDITO A RECEBER-FNP	164 000,00
BLOQ. JUDICIAL-BACEN-BRADESCO	4 986,55
BLOQ. JUDICIAL-BACEN-B.B.	20 460,00
BLOQ. JUDICIAL-BACEN- JUD	3 780,00
CRÉDITO PREVIDÊNCIA SOCIAL	2 999,13
BLOQ. JUDICIAL-BACEN-BB-BANRISUL	21 710,00
BLOQ. JUDICIAL-BACEN-JUD-KÁTIA	12 178,99
BLOQ. JUDICIAL-PREF. ARARUAMA-RJ	383 790,00
BLOQ. JUDICIAL-BB-RESENDE-RJ	34 034,65
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	13 169,36
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	13 169,36
ADIANT. MOACIR RANGEL	5 371,25
ADIANT. AMR - ASS.MUNIC.RORAIMA	7 598,11
ADIANT. EDISON L.C.MARTINS	200,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	31 976,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	31 976,00
ADIANT. FAMURS	8 000,00
ADIANT. CENTRO DE CONV.U - GUIMAR	23 976,00
EMPRÉSTIMOS	12 000,00
EMPRÉSTIMOS	12 000,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	2 000,00
EMPRÉST. TAIRO F. ARRIAL	10 000,00

<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3 690 120,76</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>3 690 120,76</b>
IMOBILIZADO	3 690 120,76
BENS EM OPERAÇÕES	3 690 120,76
INSTALAÇÕES	4 560,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	417 991,73
CENTRAL TELEFÔNICA	62 281,49
APARELHOS AR CONDICIONADOS	45 371,00
AR CONDICIONADOS	79 840,30
COMPUTADOR E PERIFÉRICO	1 391 457,06
MÁQ. EQUIPAMENTOS	141 393,68
DIVISÓRIAS	44 716,10
APARELHO TELEFÔNICO/SIMILARES	20 141,36
SISTEMAS	51 010,21
EQUIP. DE SEGURANÇA	24 205,00
APARELHO ELETRÔNICO	4 386,00
LICENÇA DE SOFTWARE	97 881,19
EQUIP. DE SONORIZAÇÃO	2 202,46
SESSÃO TEC-SIST-SIAMWEB-CCA	400 000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS-SP	1 494,00
LICENÇA SOFTWARE-CIDADE COMPRA	460 000,00
LICENÇA SOFTWARE-PORTAL MUNICIPAL	440 000,00
LICENÇA ZEND GUARD-SIAMWEB	1 189,18
<b>PASSIVO</b>	<b>-82 256 578,43</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>-9 776,92</b>
<b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>-9 776,92</b>
OBRIG. SOCIAIS E TRABALHISTAS	-9 538,47
OBRIG. SOCIAIS E TRABALHISTAS	-9 538,47
PREVIDÊNCIA SOCIAL A RECOLHER	-614,08
ASSITÊNCIA MÉDICA	-8 924,39
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECOLHER	-238,45
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-238,45
IRRF A RECOLHER	-238,45
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-82 246 801,51</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>-82 246 801,51</b>
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-82 246 801,51
LUCROS ACUMULADOS	-82 350 662,35
LUCROS ACUMULADOS	-82 350 662,35
PREJUÍZOS ACUMULADOS	103 860,84
PREJUÍZOS ACUMULADOS	103 860,84

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, apresentando um total de R\$ 82.256.578,43 (oitenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais, quarenta e três centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pela empresa/entidade, a qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalva-se que a responsabilidade do profissional fica restrita apenas ao aspecto técnico, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa/entidade.

Brasília - DF, 31 de Dezembro de 2012.



PAULO ROBERTO ZIULKOSKI  
PRESIDENTE - CPF 150.980.100-63



MOACIR LUIZ RANGEL  
CONTADOR - CRC 68532/0-9DF







Veja mais publicações na biblioteca do Portal CNM:

[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)